

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA FERNANDA P. DOS SANTOS

**CULTURA E DIREITOS HUMANOS: O DILEMA DA MUTILAÇÃO GENITAL
FEMININA NA SOMÁLIA E AS INTERVENÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES
INTERNACIONAIS**

RECIFE - PE

2024

MARIA FERNANDA P. DOS SANTOS

**CULTURA E DIREITOS HUMANOS: O DILEMA DA MUTILAÇÃO GENITAL
FEMININA NA SOMÁLIA E AS INTERVENÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES
INTERNACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que discute a intersecção entre cultura e direitos humanos, analisando a prática da mutilação genital feminina na Somália. Projeto apresentado como requisito parcial para a graduação no curso de Relações Internacionais pela Faculdade Damas da Instrução Cristã. Orientador: Dr. David Gonzaga.

Recife - PE

2024

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

S237c Santos, Maria Fernanda P. dos.
Cultura e direitos humanos: o dilema da mutilação genital feminina na Somália as intervenções das Organizações Internacionais / Maria Fernanda P. dos Santos. – Recife, 2024.
54 f.

Orientador: Prof. Ms. David José Pereira Gonzaga.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Mutilação genital feminina (MGF). 2. Somália. 3. Organizações internacionais. 4. UNFPA-UNICEF. I. Gonzaga, David José Pereira. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2024.2-008)

MARIA FERNANDA P. DOS SANTOS

CULTURA E DIREITOS HUMANOS: O DILEMA DA MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA NA SOMÁLIA E AS INTERVENÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que discute a intersecção entre cultura e direitos humanos, analisando a prática da mutilação genital feminina na Somália. Projeto apresentado como requisito parcial para a graduação no curso de Relações Internacionais pela Faculdade Damas da Instrução Cristã.

Recife, ____ de _____ de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Dr. David Gonzaga

Orientador

Dr. Rafael Paixão

Dra. Ana Katarina de Brito

RECIFE

2024

Dedico à minha mãe, Karla, à minha avó, Lúcia Maria, e à memória da minha tia, Ana Lúcia “Nane”, que, mesmo após sua partida, continua se fazendo presente como uma força maior.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e a todos os meus guias espirituais, que foram meu amparo e minha luz em todos os momentos.

À minha mãe, Karla, por ser a base de tudo o que sou e também por ser minha maior rede de apoio. Sua dedicação incansável e amor me ensinaram a acreditar em mim mesma e a nunca desistir dos meus sonhos.

Gostaria de estender minha eterna gratidão à Leonardo Dourado Times, que segurou minha mão especialmente nos momentos mais difíceis, que confiou sempre no meu potencial, mesmo quando eu duvidava, e que sempre torceu e comemorou cada conquista minha como se fosse a dele.

À minha avó Lúcia, cuja trajetória é minha maior inspiração acadêmica e profissional. E à minha querida irmã caçula, Ana Beatriz, que espero inspirar da mesma forma como ela me dá forças para continuar dando o melhor de mim.

Às amigas que faculdade me presenteou, e ao Samuel Pereira, amigo que foi muito importante na minha jornada, principalmente no início, e que sempre terá um carinho especial no meu coração.

Registro também um agradecimento especial ao meu orientador, professor David Gonzaga, por sua orientação e por tornar este projeto possível. Aos professores Bianor Teodósio, Pedro Soares e Rodrigo Santiago por suas contribuições valiosas e pelos ensinamentos ao longo desses anos de graduação.

Por fim, mas com imenso carinho, dedico este trabalho à memória da minha tia Ana Lúcia, que partiu no início da minha jornada acadêmica e que infelizmente não pôde ver eu me formar, mas ela se faz presente mesmo em outra dimensão. Sempre foi um exemplo de força, carinho e dedicação durante toda a sua vida. Sua ausência física é sentida, mas seu legado permanece vivo em meu coração e em cada passo que dou.

Minha mais sincera gratidão a todos que, de alguma forma, fizeram parte desta fase importante da minha vida.

RESUMO

A presente pesquisa analisou a prática da Mutilação Genital Feminina (MGF) na Somália, investigando como organizações internacionais, como UNICEF e UNFPA, têm implementado ações para erradicar a prática e proteger os direitos das mulheres, equilibrando respeito às tradições culturais e promoção da dignidade humana. Possui como base uma abordagem feminista interseccional, que explora como gênero, classe, etnia e religião interagem na perpetuação da prática. Além disso, a teoria das normas internacionais de Finnemore e Sikkink é utilizada, com ênfase no "ciclo de normas" como ferramenta para compreender e propor mudanças em práticas culturais prejudiciais. O referencial teórico inclui ainda contribuições de Herz, Hoffmann & Tabak, Lila Abu-Lughoud e Kimberlé Crenshaw. O objetivo geral é analisar o impacto das ações de organizações internacionais na erradicação da MGF na Somália, considerando a interação entre normas globais de direitos humanos e contextos culturais locais. Entre os objetivos específicos, destacam-se a identificação de barreiras culturais e políticas, a avaliação da eficácia das intervenções e a proposição de estratégias que respeitem a diversidade cultural sem comprometer os direitos humanos. A metodologia utilizada é qualitativa, com análise documental e revisão sistemática da literatura, incluindo relatórios de organizações internacionais e estudos acadêmicos. A pesquisa examina programas das OI'S, avaliando avanços, desafios e resistência cultural. Embora algumas iniciativas tenham promovido avanços, a eficácia das intervenções depende de sua capacidade de envolver as comunidades locais no processo de transformação, sendo necessário estratégias culturalmente sensíveis para evitar que as ações sejam percebidas como imposições externas. Ao propor uma análise crítica e colaborativa, o estudo visa contribuir para o campo das Relações Internacionais, trazendo conhecimento sobre o assunto e apresentando reflexões sobre intervenções éticas e eficazes na promoção da transformação cultural e na proteção dos direitos das mulheres.

Palavras-chaves: mutilação genital feminina (MGF); Somália; Organizações Internacionais; UNFPA; UNICEF.

ABSTRACT

This research analyzed the practice of female genital mutilation (FGM) in Somalia, focusing on how international organizations, such as UNICEF and UNFPA, have worked to eradicate the practice while protecting women's rights, balancing respect for cultural traditions with the promotion of human dignity. Grounded in an intersectional feminist approach, it examines how gender, class, ethnicity, and religion interact to sustain FGM. Additionally, it applies Martha Finnemore and Kathryn Sikkink's international norms theory, emphasizing the "norm lifecycle" as a framework for understanding and changing harmful cultural practices. Contributions from Herz, Hoffmann & Tabak, Lila Abu-Lughod, and Kimberlé Crenshaw. It evaluates the impact of global human rights norms on local cultural contexts in Somalia, identifying cultural and political barriers, assessing intervention effectiveness, and proposing strategies that respect cultural diversity without undermining fundamental rights. Using qualitative methodology, this study analyzes documents and systematically reviews reports from international organizations and academic literature. Key initiatives, like the "Joint Programme on the Elimination of Female Genital Mutilation," are assessed for progress, challenges, and cultural resistance. While advances exist, effectiveness relies on engaging local communities for sustainable change. Culturally sensitive strategies are vital to avoid perceptions of external imposition, which can hinder progress. This research offers critical insights and practical recommendations for ethical, effective interventions that promote cultural transformation and safeguard women's rights.

Keywords: female genital mutilation (FGM); Somalia; International Organizations; UNFPA; UNICEF.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Prevalência da MGF (%) 2015-2020	17
Figura 2 - Classificação dos tipos de MGF	19

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MGF	- Mutilação Genital Feminina
OI'S	- Organizações internacionais
UNFPA	- Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNICEF	- Fundo de População das Nações Unidas (United Nations Population Fund)
ONU	- Organizações das Nações Unidas
WHO	- Organização Mundial da Saúde (Inglês: World Health Organization)
ICPD25	- Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 25 anos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ENTRE DIREITOS E TRADIÇÕES: A MGF NA SOMÁLIA SOB A LENTE DOS DIREITOS HUMANOS	16
2.1 Vozes em Conflito: A Dualidade de Perspectivas Femininas Dentro do Mesmo Território	20
2.2 Interseccionalidade e Normas Internacionais: Desafios e Oportunidades no Combate à Mutilação Genital Feminina na Somália	21
2.3 Cultura e Identidade na Somália: Raízes Históricas e Contrastes entre o Norte e o Sul	25
3 A ORIGEM E A RELEVÂNCIA DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: DE SUAS RAÍZES HISTÓRICAS À GOVERNANÇA GLOBAL	29
3.1 UNFPA e seu Papel na Promoção da Saúde Reprodutiva e de Direitos Humanos	31
3.2 A Atuação do UNFPA na Mutilação Genital Feminina: Desafios, Conquistas e Perspectivas	32
3.3 O Papel da UNICEF na Promoção dos Direitos das Crianças	35
3.4 A Estratégia da UNICEF frente à Mutilação Genital Feminina: Desafios e Adaptações Culturais na Somália	36
4 SUCESSOS E DESAFIOS LOCAIS: CONTRASTE COM PAÍSES AFRICANOS DE MESMA COMPLEXIDADE CULTURAL	39
4.1 Outros Modelos de Sucesso: A Erradicação da MGF na Europa e suas Implicações Globais	41
4.2 A Visão Ocidental e o Debate entre Universalismo e Relativismo na Erradicação da MGF	43
4.3 Desafios e Estratégias das Organizações Internacionais na Abordagem da Mutilação Genital Feminina na Somália	44
5 CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

A mutilação genital feminina na Somália é um fenômeno cultural profundamente enraizado, frequentemente legitimado por tradições locais. Essa prática não apenas afeta milhões de mulheres, mas também gera um dilema complexo entre a preservação cultural e a proteção dos direitos humanos, questões centrais nas Relações Internacionais, especialmente sob uma perspectiva feminista. Um exemplo emblemático desse dilema é a história de Waris Dirie, uma ex-modelo somali que sofreu a mutilação genital na infância e, após se tornar uma ativista influente, dedicou sua vida a combater essa prática. Sua experiência pessoal ilustra a urgência de intervenções que respeitem tanto os direitos humanos quanto as nuances culturais.

O estudo proposto tem como objetivo principal analisar a prática da mutilação genital feminina (MGF) na Somália, investigando o impacto das intervenções e ações promovidas pelas Organizações Internacionais (OIS), com foco no papel desempenhado pelo Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa busca investigar as principais barreiras culturais, sociais e políticas que perpetuam a prática da MGF no país, identificando os fatores que dificultam a implementação de intervenções eficazes por parte das organizações internacionais. Além disso, pretende examinar teorias feministas interseccionais e de normas internacionais, avaliando como essas abordagens teóricas podem informar e aprimorar as estratégias de combate à MGF na Somália.

Outro ponto central é avaliar a eficácia dos programas implementados por organizações como a UNICEF e a UNFPA, considerando suas influências nas atitudes das comunidades, nas políticas governamentais e nas taxas de prevalência da prática. Por fim, o estudo visa propor caminhos práticos para melhorar essas intervenções, garantindo que sejam culturalmente sensíveis e adequadas às necessidades das comunidades locais.

Este estudo pretende contribuir para o campo das Relações Internacionais ao abordar a mutilação genital feminina (MGF) como uma questão dual. Por um lado, a prática é amplamente reconhecida como uma violação dos direitos humanos e um problema significativo de saúde para as mulheres; por outro, está profundamente enraizada em um contexto histórico e cultural que a associa à construção da feminilidade em diversas comunidades. Compreender essa dualidade é essencial para o desenvolvimento de estratégias de intervenção eficazes por parte de organizações internacionais, como a UNFPA e a UNICEF. Reconhecer o papel cultural da

MGF em comunidades somalis, nesse sentido, é crucial para evitar soluções externas impositivas, que poderiam ser percebidas como desrespeitosas ou ineficazes.

A escolha da Somália como país de estudo deve-se à alta prevalência da prática, que afeta uma grande parcela de mulheres e meninas, posicionando o país entre os de maior incidência de MGF no mundo. Além disso, a prática está profundamente enraizada nas tradições culturais e religiosas locais, sendo considerada um marco de identidade feminina e um pré-requisito para o casamento. Esses fatores tornam a Somália um caso emblemático para investigar como direitos humanos e questões culturais podem coexistir no debate sobre a MGF. Outro fator importante é que na Somália há a falta de infraestrutura institucional e estabilidade política na Somália, o que dificulta a implementação de intervenções internacionais e locais.

Essa realidade torna o país um exemplo relevante para analisar como organizações internacionais, como UNICEF e UNFPA, podem adaptar suas estratégias para contextos marcados por desafios tão profundos. A escolha da Somália também permite explorar as tensões entre universalismo e relativismo cultural, fundamentais para a compreensão das dinâmicas globais e locais na promoção dos direitos humanos.

Nesse contexto, a intervenção em práticas culturais profundamente enraizadas, como a mutilação genital feminina, por parte de organizações internacionais, levanta questões significativas sobre a eficácia e a ética dessas ações. Surge, então, o questionamento central: Como podem as intervenções de organizações internacionais ser eficazes e culturalmente sensíveis na promoção dos direitos humanos em relação à MGF na Somália? Essa prática, frequentemente vista como um rito de passagem tradicional em várias comunidades africanas, também constitui uma violação de direitos humanos fundamentais, como o direito à integridade física e à saúde de mulheres e meninas. Na Somália, onde a prevalência da MGF é alarmante, as intervenções se tornam ainda mais desafiadoras e delicadas, pois podem ser interpretadas como imposições de valores ocidentais.

O dilema central, portanto, reside na determinação do limiar em que práticas culturais devem ser respeitadas em face de violações dos direitos humanos. Além disso, o desafio está no desenvolvimento de estratégias de intervenção que promovam mudanças efetivas sem gerar resistência ou reforçar percepções negativas de uma "imposição" de valores externos.

Para abordar essas questões, a análise será fundamentada em referências teóricas de Herz, Hoffmann & Tabak, Lila Abu-Lughoud, Kimberlé Crenshaw, Martha Finnemore e

Kathryn Sikkink, entre outras. O objetivo é propor caminhos viáveis para intervenções colaborativas e respeitadas, capazes de equilibrar a promoção dos direitos humanos com a valorização das dinâmicas culturais locais. Essa abordagem não apenas visa proteger os direitos humanos, mas também fortalecer a capacidade das próprias comunidades de liderar suas transformações culturais de forma autônoma e sustentável.

O referencial teórico do projeto busca entender como as dinâmicas de poder e cultura se interrelacionam para sustentar essa prática, e como as intervenções externas podem influenciar sua continuidade ou a promoção do direito das mulheres à escolha por questões de saúde e direitos.

A teoria feminista interseccional, desenvolvida por Kimberlé Crenshaw, é essencial para compreender as múltiplas camadas de opressão enfrentadas pelas mulheres sudanesas sujeitas à MGF. Crenshaw argumenta que as experiências de discriminação são complexas e interligadas, envolvendo não apenas o gênero, mas também raça, classe, etnia e outras identidades sociais que se cruzam para criar formas únicas de opressão. No contexto da MGF na Somália, essa abordagem teórica permite uma análise mais profunda das relações de poder que perpetuam a prática, reconhecendo como essas diversas formas de discriminação interagem para moldar as experiências das mulheres afetadas (Crenshaw, 1989).

Complementando essa perspectiva, a teoria das normas internacionais, discutida por Martha Finnemore e Kathryn Sikkink (1998), fornece uma estrutura para entender como as normas globais de direitos humanos são promovidas e internalizadas em contextos locais. As autoras introduzem o conceito de “ciclo de normas”, que envolve três fases: emergência, cascata e internalização. Na fase de emergência, um grupo de pessoas ou organizações identifica um problema e começa a lutar para trazer a questão à tona. Esses “empreendedores de normas” usam histórias, dados e campanhas para chamar a atenção para a causa. No caso da mutilação genital feminina (MGF), ativistas como Waris Dirie foram fundamentais para mostrar ao mundo os perigos dessa prática, revelando suas consequências para a saúde e os direitos das mulheres. Essa etapa é marcada pelo início de um esforço global para questionar a prática e promover uma mudança.

A segunda fase, chamada de cascata, ocorre quando essas ideias começam a se espalhar e ganhar apoio de governos, organizações e comunidades. É nessa etapa que organizações desempenham um papel crucial. Elas lançam campanhas de conscientização e programas

educativos, promovendo a erradicação da MGF e enfatizando alternativas que respeitem as tradições culturais sem colocar em risco a saúde ou os direitos das mulheres. Por exemplo, a UNICEF tem trabalhado com líderes comunitários para mudar as percepções sobre a prática, enquanto a UNFPA tem liderado iniciativas voltadas para a saúde e a educação de meninas e mulheres em regiões afetadas. A cascata de normas também se fortalece quando países adotam legislações e políticas que proíbem a prática, enviando uma mensagem clara de que essa norma está mudando.

A fase final, a internalização, é a mais complexa e desafiadora. Essa etapa acontece quando uma norma se torna parte da vida cotidiana, sendo aceita como algo natural e incontestável. No caso da MGF na Somália, esse processo é difícil porque a prática está profundamente ligada à cultura, às tradições e às identidades de gênero. Para alcançar a internalização, é necessário que as mudanças sejam conduzidas pelas próprias comunidades, de forma que elas se sintam respeitadas e incluídas no processo. Isso requer paciência, diálogo e a criação de soluções que sejam vistas como autênticas e apropriadas por aqueles que vivem essas realidades.

Na Somália, as fases de emergência e cascata têm avançado graças ao trabalho de organizações internacionais, mas a internalização ainda enfrenta obstáculos significativos. Muitas pessoas percebem as intervenções externas como imposições culturais, o que gera resistência. Por isso, é essencial que as estratégias de mudança combinem respeito pelas tradições locais com a proteção dos direitos humanos. Trabalhar com líderes religiosos, anciãos e mulheres que têm influência nas comunidades pode ajudar a construir um senso de pertencimento às novas normas.

Assim, o "ciclo de normas" será de extrema importância para entender os avanços e os desafios no combate à MGF na Somália, pois ele também mostra que mudanças sustentáveis não podem ser impostas de fora; elas precisam ser construídas de dentro, com o apoio de comunidades locais, para que a prática seja abandonada de forma genuína e respeitosa. Essa teoria, portanto, serve como uma ferramenta para analisar como intervenções internacionais podem promover os direitos humanos sem desprezar as identidades culturais.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando análise documental e relatórios para examinar as ações das organizações internacionais e uma revisão sistemática da literatura especializada sobre a mutilação genital feminina. Além de uma análise

crítica das intervenções da UNICEF e da UNFPA. Essa análise avaliará não apenas a eficácia das medidas implementadas, mas também sua sensibilidade às nuances culturais e sociais que envolvem a prática da MGF. A investigação documental abarcará relatórios de organizações internacionais, estudos acadêmicos e legislações relevantes, permitindo uma compreensão abrangente das estratégias adotadas e dos impactos gerados por essas intervenções.

Os estudos de casos abordarão intervenções específicas realizadas pela UNICEF e pela UNFPA, como por exemplo, o programa "Joint Programme on the Elimination of Female Genital Mutilation", que promove mudanças normativas, fortalecimento legislativo e campanhas de educação comunitária na Somália. Essas análises incluirão exemplos de sucesso, como a redução da prevalência da MGF em comunidades piloto, e falhas, como resistência cultural e implementação inadequada, para identificar melhores práticas e desafios recorrentes.

Entre os exemplos analisados, destacam-se as campanhas bem-sucedidas em outros países africanos, como Senegal e Quênia, que conseguiram reduzir significativamente a prevalência da MGF por meio de educação comunitária e introdução de rituais alternativos. Contudo, na Somália, o desafio é maior devido à prevalência extrema da prática e à sua forte ligação com normas sociais e religiosas. A ausência de estabilidade política e de infraestrutura institucional agrava a situação, dificultando a implementação de intervenções.

Diante desse contexto, várias organizações internacionais, como a UNICEF e a UNFPA, têm implementado programas na Somália que incluem campanhas de sensibilização, programas educacionais e esforços legislativos. A recente criminalização da MGF pelo governo somali reflete o impacto das pressões internacionais, mas a aceitação e implementação efetiva dessas medidas dependem fortemente das comunidades locais.

A complexidade dessa prática exige uma abordagem que evite a imposição de valores ocidentais, priorizando o respeito às especificidades culturais locais. Adotar uma perspectiva feminista interseccional permite explorar como as intervenções podem honrar a autonomia cultural sem comprometer a luta contra práticas que prejudicam e subjugam as mulheres. Além disso, destaca-se a importância de reconhecer o poder de decisão das mulheres em relação à sua participação em rituais culturais, incluindo a MGF, promovendo mudanças que sejam emancipatórias e culturalmente sensíveis.

É necessário fazer uma análise da natureza e do impacto das intervenções dessas organizações internacionais, bem como seus efeitos na promoção de mudanças sociais e

legislativas. A pesquisa busca desenvolver estratégias que não apenas interrompam práticas prejudiciais, mas que também empoderem as mulheres dentro de suas próprias comunidades, permitindo que façam escolhas informadas e respeitadas, promovendo uma transformação que é simultaneamente cultural e emancipatória.

Essa abordagem poderá colaborar para o entendimento de como harmonizar esses aspectos delicados, destacando o papel das organizações internacionais na formulação de políticas públicas eficazes e culturalmente sensíveis. Sob uma perspectiva feminista interseccional, este estudo aborda os desafios e soluções na promoção dos direitos das mulheres em contextos globais complexos.

Além disso, a pesquisa sobre o impacto das intervenções das organizações internacionais na abordagem da MGF pode fornecer insights sobre os mecanismos que promovem mudanças sociais e legislativas em contextos culturais complexos, como o papel do engajamento comunitário, a eficácia de campanhas educativas e a influência de pressões internacionais sobre governos locais. Essa percepção pode revelar estratégias específicas para um possível aumento da aceitação comunitária de normas de direitos humanos, fortalecer a implementação de políticas públicas e aprimorar a eficácia das intervenções legais. Tal análise poderá ajudar no desenvolvimento de abordagens mais eficazes na promoção dos direitos das mulheres e no combate à mutilação genital feminina em nível global, sob uma perspectiva feminista que reconhece as interseções de gênero, raça, classe e cultura.

Ao focar na autonomia das mulheres e na necessidade de estratégias que respeitem simultaneamente os direitos humanos e a diversidade cultural, esta pesquisa oferece uma análise crítica que pode influenciar positivamente a formulação de políticas e intervenções futuras. Com o potencial de ampliar o conhecimento acadêmico sobre a MGF na Somália, o estudo sugere caminhos práticos e éticos para reduzir essa prática nociva, promovendo uma transformação sustentável e culturalmente respeitosa. Assim, busca equilibrar a universalidade dos direitos humanos com as especificidades culturais, fornecendo uma abordagem contextualizada que contribua para estratégias mais sensíveis e eficazes.

2 ENTRE DIREITOS E TRADIÇÕES: A MGF NA SOMÁLIA SOB A LENTE DOS DIREITOS HUMANOS

A Mutilação Genital Feminina (MGF) é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como qualquer procedimento que envolva a remoção parcial ou total dos órgãos genitais externos femininos, ou que cause lesão a esses órgãos, sem justificações médicas. A prática, difundida principalmente na África e no Oriente Médio, é reconhecida internacionalmente como uma violação dos direitos humanos, já que coloca em risco a saúde física e psicológica das mulheres e meninas que a ela são submetidas. Além disso, a UNICEF e a UNFPA, em 2007, declararam seu posicionamento pelo abandono global dessa prática, destacando suas graves consequências para a saúde e os direitos humanos (OMS, 2007).

De acordo com dados da UNICEF (2020), estima-se que mais de 200 milhões de mulheres e meninas tenham sido submetidas à mutilação genital feminina (MGF) em 31 países onde há dados representativos, com 27 desses localizados na África, além de Iraque, Iémen, Maldivas e Indonésia. Contudo, esses números são amplamente considerados sub-representativos, uma vez que muitos países onde a prática ocorre não realizam a coleta sistemática de dados.

A prática transcende as fronteiras africanas, sendo documentada também em regiões como Sri Lanka, Arábia Saudita e Malásia, de acordo com estudos que analisam tanto as comunidades locais quanto as populações migrantes. Crista Johnson-Agbakwu (2018), médica e pesquisadora fundadora do Center for Refugee Women's Health, destaca a continuidade da prática entre comunidades da diáspora em regiões não tradicionalmente associadas à MGF. Esses dados reforçam a necessidade de maior vigilância e de esforços direcionados para mapear com precisão a extensão global da prática, especialmente considerando os desafios de acessar informações em locais onde a MGF é mantida em sigilo.

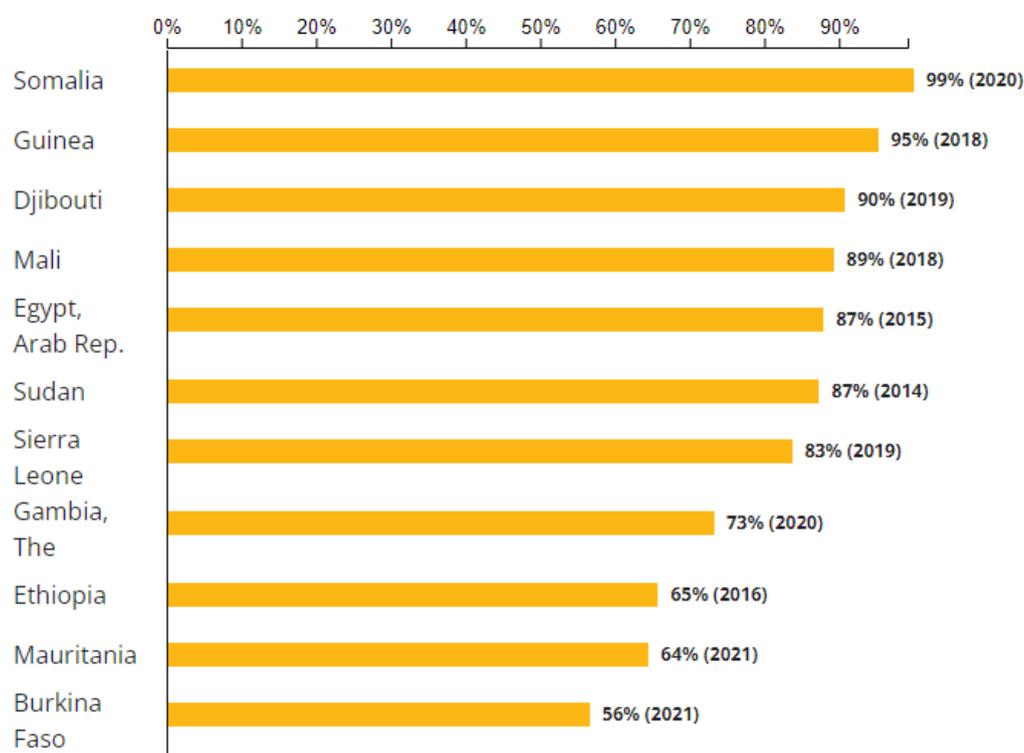
A mutilação genital feminina está presente em todos os continentes, exceto na Antártica, ocorrendo tanto em comunidades locais quanto entre comunidades da diáspora na Europa e América do Norte. O relatório global da 28 Too Many (2019) reforça a amplitude geográfica da prática, detalhando sua presença em países africanos, asiáticos e em populações migrantes em nações ocidentais. Relatórios recentes, como os da UNICEF (2020), baseiam-se em metodologias que incluem entrevistas, pesquisas de campo e análises de políticas públicas para registrar a prática em locais como Sri Lanka e Maldivas.

Sobreviventes, ativistas e organizações de base, como Forward UK e Equality Now, desempenham um papel essencial na documentação e denúncia da MGF. Por meio de narrativas pessoais, investigações aprofundadas e materiais audiovisuais, essas organizações ampliam a visibilidade do problema, utilizando publicações acadêmicas, relatórios institucionais e campanhas online para sensibilizar a sociedade.

Agências internacionais como a UNFPA e a UNICEF complementam esses esforços, apoiando a coleta de dados, promovendo programas de conscientização e financiando iniciativas locais. No entanto, a falta de comprometimento global, tanto de governos quanto de organizações internacionais, ainda limita a criação de políticas efetivas e a priorização dessa questão na agenda internacional.

Apenas 51 dos 92 países com dados disponíveis sobre a prática têm leis que a proíbem, sendo que a maior parte das legislações estão concentradas na África e em países com grandes comunidades de diáspora (UNICEF, 2020).

Figura 1: Prevalência da MGF (%) 2015-2020



Fonte: WORLD BANK DATA - <https://liveprod.worldbank.org/en/indicator/sh-sta/fgms-zs>.

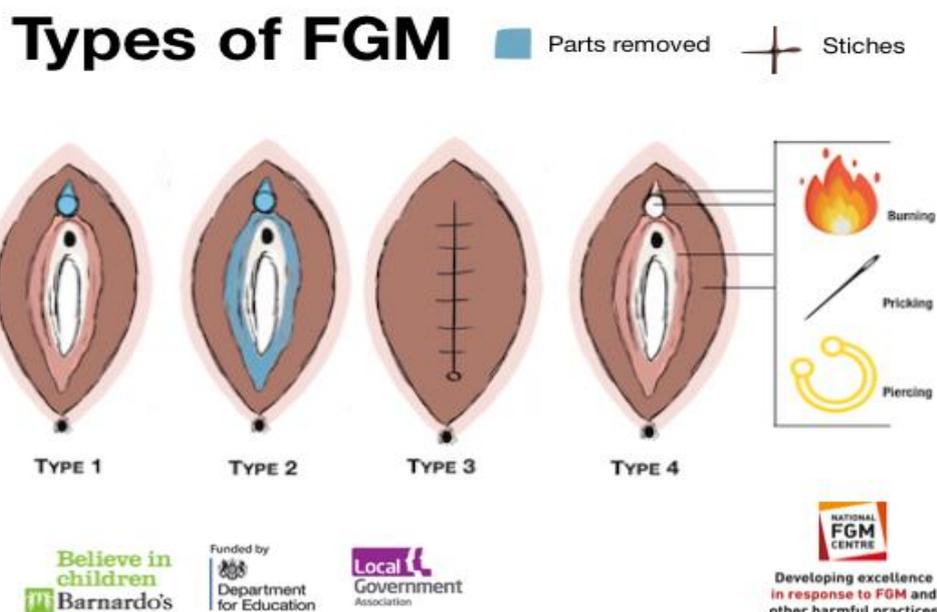
A prática possui maiores taxas de registros na Somália, Guiné, Djibouti e Mali. Regiões como Ásia, Oriente Médio e América Latina continuam atrás na implementação de políticas e leis para combater essa prática. Esse índice da prevalência da MGF reflete a profundidade cultural da prática nesse contexto, onde ela é muitas vezes vista como um rito de passagem ou uma tradição essencial para a identidade feminina. Na Somália, especificamente, os números são alarmantes: 99,2% das mulheres entre 15 e 49 anos já foram submetidas a MGF, tornando o país um dos líderes globais em incidência dessa prática (World Bank, 2022).

Em um esforço global, o UNFPA tem trabalhado para reduzir a prática por meio de campanhas de conscientização, mobilização comunitária e programas de educação sobre direitos das mulheres e saúde reprodutiva. Além disso, a organização também colabora com líderes comunitários e religiosos para desafiar normas culturais que perpetuam a MGF, além de fornecer apoio às sobreviventes, incluindo assistência médica e psicológica.

De acordo com o relatório mais recente da UNFPA (2023), o número de meninas ameaçadas pela MGF caiu globalmente, embora a prática ainda persista de forma significativa em países como a Somália. Mesmo com essa redução, a MGF continua a causar complicações graves, como infecções, traumas psicológicos e riscos à saúde materna.

São classificados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) quatro tipos principais de mutilação genital feminina, sendo eles: Tipo I (clitoridectomia), Tipo II (excisão), Tipo III (infibulação) e Tipo IV (outras formas).

Figura 2: Classificação dos tipos de MGF



Fonte: National FGM Center (<https://nationalfgmcentre.org.uk/fgm/>)

Conforme apresentado na imagem acima, o **Tipo I**, conhecido como clitoridectomia, envolve a remoção parcial ou total do clitóris, podendo resultar em dor intensa, dificuldades sexuais e problemas psicológicos.

O **Tipo II**, ou excisão, é caracterizado pela remoção do clitóris e dos pequenos lábios, podendo afetar também os grandes lábios. Esse tipo causa danos significativos aos órgãos genitais e gera complicações de saúde reprodutiva e psicológicas a longo prazo.

O **Tipo III**, conhecido como infibulação, é o mais grave, consistindo na remoção dos órgãos genitais externos e no estreitamento da abertura vaginal por meio de suturas, o que deixa uma pequena abertura para urina e fluxo menstrual.

O **Tipo IV** engloba outras formas de MGF, como a perfuração, cauterização ou estiramento dos genitais, que também resultam em graves consequências para a saúde física e mental das mulheres.

Na Somália, a infibulação é amplamente praticada, este tipo de mutilação pode causar complicações sérias durante o parto, infecções, dor crônica, disfunção sexual e problemas psicológicos profundos. Isso é reflexo de uma tradição cultural profundamente enraizada, com

sérias repercussões para a saúde das mulheres afetadas. (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2008).

2.1 Vozes em Conflito: A Dualidade de Perspectivas Femininas Dentro do Mesmo Território

É crucial observar que, a discussão sobre a MGF deve incluir as diversas vozes das mulheres, que muitas vezes têm experiências contrastantes em relação à prática. Embora organizações internacionais como a OMS, UNICEF e UNFPA lutem pela erradicação da prática, algumas mulheres defendem sua continuidade como uma escolha pessoal. Para essas mulheres, a MGF é uma reafirmação de sua identidade feminina, tornando o debate mais complexo do que uma simples condenação ocidental da prática. A visão dessas mulheres não pode ser ignorada, já que envolve questões de autonomia, cultura e pertencimento, desafiando as tentativas de erradicação que não levam em consideração as complexidades locais e pessoais (Shell-Duncan & Hernlund, 2000).

Culturalmente, a MGF é frequentemente vista como uma forma de preservar a honra familiar e a identidade cultural. Embora a prática seja muitas vezes legitimada por interpretações religiosas, não há uma prescrição clara no Islã que a sustente. Sua continuidade é reforçada por uma rede de pressão social que perpetua essa tradição; a recusa em submeter uma filha à MGF pode resultar em estigmatização e exclusão social, criando um ciclo de conformidade que dificulta mudanças. Muitas mulheres, mesmo aquelas que foram submetidas à prática, defendem a MGF como um símbolo de identidade e pertencimento, enfatizando que a manutenção dessa tradição é crucial para a coesão social (Hernlund, 2006).

Experiências de mulheres em diferentes contextos culturais podem enriquecer essa discussão. De acordo com Waris Dirie (1998), muitas mulheres que passaram pela mutilação genital feminina relatam uma sensação de orgulho e sentimento de pertencimento, associando a prática a um rito de passagem e a uma conexão com suas comunidades. Dirie argumenta que, apesar dos danos físicos e psicológicos que a prática pode acarretar, para essas mulheres, a MGF simboliza a solidificação de suas identidades culturais e a integração em uma rede social e comunitária.

No entanto, também há aquelas que, após a experiência da MGF, se tornam defensoras da saúde e dos direitos das mulheres, buscando alternativas que respeitem a cultura, mas que não envolvam riscos à saúde. Essas mulheres frequentemente compartilham suas histórias em

espaços comunitários, promovendo um diálogo sobre a prática e suas consequências. Como Lila Abu-Lughod (2013) observa, é essencial criar um espaço para que as vozes das mulheres, tanto as que apoiam a prática quanto as que buscam mudanças, sejam ouvidas, para que se construa uma abordagem que equilibre respeito cultural com a proteção da saúde e direitos das mulheres.

A MGF na Somália apresenta um dilema entre a preservação cultural e a proteção dos direitos humanos. Embora seja considerada uma tradição importante, a prática também configura uma violação dos direitos das meninas, sendo uma forma de violência de gênero. Para que haja uma mudança efetiva — seja permitindo que se torne uma escolha ou buscando a erradicação — é essencial entender as dinâmicas culturais e sociais que sustentam a prática, sem recorrer a abordagens impositivas. As intervenções devem respeitar as tradições, mas ao mesmo tempo oferecer alternativas que salvaguardem a saúde das mulheres, promovendo um diálogo que incorpore suas vozes e favoreça uma transformação gradual que equilibre a saúde e as crenças culturais.

2.2 Interseccionalidade e Normas Internacionais: Desafios e Oportunidades no Combate à Mutilação Genital Feminina na Somália

Para compreender as complexidades e as forças que sustentam a prática da Mutilação Genital Feminina (MGF), assim como as tentativas de intervenção internacional, é fundamental recorrer a teorias que examinam as interseções entre gênero, cultura e normas globais. A análise dessas complexidades culturais e normativas exige uma abordagem teórica multifacetada, que leve em consideração tanto as pressões locais quanto os esforços globais direcionados à sua erradicação.

Duas teorias em particular — a feminista interseccional e a das normas internacionais — são cruciais para entender como essas dinâmicas se entrelaçam. Elas oferecem ferramentas essenciais para compreender como as mulheres somalis vivenciam a MGF, levando em conta as diversas camadas de identidade social, bem como os desafios impostos pela globalização dos direitos humanos, especialmente no que tange à identidade de gênero, cultura e a incorporação de normas de direitos humanos na Somália.

A teoria feminista interseccional, desenvolvida por Kimberlé Crenshaw (1989), destaca como as experiências de gênero são influenciadas por outras identidades sociais, como raça,

classe e etnia. Essa perspectiva é fundamental para compreender como fatores sociais e culturais moldam as pressões que as mulheres enfrentam, bem como as suas escolhas e resistências.

A interseccionalidade revela que a prática, amplamente arraigada em normas culturais e tradições, não pode ser entendida exclusivamente sob a ótica de gênero. Em vez disso, as identidades religiosas, étnicas e de classe também devem ser consideradas, e possuem um papel crucial na maneira como as mulheres somalis percebem a MGF.

Já ao tratar da teoria das normas internacionais, conforme desenvolvido por Martha Finnemore e Kathryn Sikkink (1998), oferece um contexto importante para entender como os padrões globais de direitos humanos se relacionam com práticas locais. Sua teoria propõe um "ciclo de normas", que descreve como as normas globais são criadas, disseminadas e internalizadas dentro de diferentes sociedades. Esse ciclo é composto por três estágios: emergência, cascata e internalização das normas.

No caso da MGF, o primeiro estágio, de emergência da norma, envolve ativistas e organizações internacionais que trabalham para conscientizar sobre os efeitos prejudiciais da prática, colocando a questão no radar global como uma violação dos direitos humanos. Esse processo é visível na atuação de OIs como a UNICEF e o UNFPA, que utilizam relatórios, campanhas de conscientização e apoio governamental para gerar pressão contra a prática.

No estágio seguinte, a cascata da norma, essas ideias começam a se difundir mais amplamente, à medida que governos e elites locais, pressionados pela comunidade internacional e pelos compromissos de direitos humanos, começam a adotar posições contra a MGF. Na Somália, esse processo está em andamento, com alguns líderes religiosos e comunitários questionando a prática, mas ainda enfrentando forte resistência cultural.

O estágio final, de internalização, ocorre quando a rejeição à MGF se torna enraizada na cultura local, a ponto de a prática ser vista como uma violação inquestionável dos direitos humanos, mesmo sem pressão externa. No entanto, esse estágio ainda não foi alcançado na Somália, onde muitas comunidades continuam a ver a MGF como uma parte central da identidade cultural do povo

A aplicação dessa teoria dentro do contexto da Mutilação Genital Feminina mostra que, embora a emergência e a cascata das normas de direitos humanos contra a prática já tenham começado, a verdadeira mudança sustentável só será possível quando essas normas forem

internalizadas pelas próprias comunidades locais. Isso ressalta a necessidade de intervenções internacionais culturalmente sensíveis, que não sejam vistas como imposições externas, mas que promovam um diálogo genuíno com as comunidades afetadas. Dessa maneira, as mudanças se tornam sustentáveis e respeitam tanto os direitos humanos quanto as particularidades culturais, permitindo uma transformação gradual e colaborativa.

A imposição de valores ocidentais pode gerar resistência em sociedades onde a MGF é considerada uma parte integral da identidade cultural. Sendo assim, as intervenções devem ser sensíveis às realidades sociais e culturais, promovendo um diálogo entre organizações internacionais e comunidades locais.

A interação dessas teorias oferece uma análise profunda das dinâmicas que cercam a MGF na Somália. De um lado, a interseccionalidade revela as várias camadas de opressão e poder que moldam as escolhas das mulheres somalis. De outro, a teoria das normas internacionais mostra como os direitos humanos universais tentam se alinhar com tradições culturais locais, resultando em tensões.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) estabelece que os direitos humanos são universais, inalienáveis e indivisíveis, afirmando que todos os indivíduos têm direitos iguais, independentemente de sua cultura, etnia ou religião. No entanto, é crucial considerar que essa declaração foi elaborada por uma comissão predominantemente ocidental, refletindo valores que, muitas vezes, podem ser vistos como etnocêntricos, com uma certa hegemonia cultural implícita. A aplicação dos direitos humanos universais em contextos culturais específicos, como a Somália, pode gerar tensões, especialmente quando práticas culturais enraizadas, como a MGF, entram em conflito com as normas ocidentais.

Práticas culturais desempenham um papel vital na coesão social, mas podem se tornar problemáticas quando confrontadas com os direitos humanos, especialmente quando essas práticas não contemplam as particularidades locais. Aqui surge um dilema central entre universalismo e relativismo dos direitos humanos. O universalismo, defendido por organizações internacionais como a ONU, propõe que os direitos humanos devem ser aplicados de forma igualitária, independentemente das particularidades culturais. Já o relativismo cultural argumenta que as normas globais de direitos humanos não devem ser aplicadas de maneira uniforme, mas adaptadas ao contexto social e cultural de cada sociedade, reconhecendo que a imposição de valores externos pode ser vista como uma forma de colonialismo cultural.

Essa tensão se reflete claramente nas dificuldades enfrentadas por organizações como a UNICEF e o UNFPA, que, embora reconheçam a MGF como uma violação universal dos direitos humanos, se deparam com o fato de que essa prática está profundamente enraizada nas tradições culturais locais. Para muitos, a erradicação da MGF pode ser interpretada como uma ameaça à identidade cultural e à autonomia das comunidades. Portanto, como argumentam Finnemore e Sikkink (1998), uma transformação real e sustentável só será possível quando as normas globais de direitos humanos forem internalizadas pelas comunidades locais, de maneira gradual e respeitosa, sem a imposição de soluções externas que possam gerar resistência.

Embora a cultura desempenhe um papel crucial no desenvolvimento humano, sua valorização não pode justificar a violação de direitos fundamentais. O desafio está em encontrar um equilíbrio entre os direitos humanos universais e as práticas culturais, de modo que as tradições possam ser respeitadas sem comprometer a dignidade e os direitos dos indivíduos. Nesse sentido, Finnemore e Sikkink (1998) sugerem que a verdadeira mudança social e cultural ocorre quando as normas globais, como os direitos humanos, são internalizadas no contexto local. A transformação sustentável exige um processo gradual, que leve em consideração as realidades culturais locais, mas sem abrir mão da proteção dos direitos humanos e da dignidade humana.

Seguindo por esse sentido, a interseccionalidade, conforme discutida por Crenshaw (1989), ajuda a entender como mulheres pertencentes a minorias, muitas vezes marginalizadas, vivenciam múltiplas formas de opressão que não podem ser analisadas isoladamente. E isso é particularmente relevante em contextos onde práticas culturais, como a MGF, são justificadas por normas sociais e pressões comunitárias.

Para que haja uma efetiva promoção de direitos, é crucial engajar as comunidades na discussão sobre práticas culturais. A promoção de alternativas que respeitem tanto a cultura quanto os direitos fundamentais humanos para transformar atitudes e comportamentos. Organizações como a UNICEF e o UNFPA têm trabalhado nesse sentido, enfatizando a importância de envolver líderes comunitários e mulheres em diálogos que desafiem normas prejudiciais, ao mesmo tempo que respeitam suas identidades culturais (UNICEF, 2016).

Em suma, a relação entre direitos básicos e práticas culturais é complexa. Embora os direitos universais busquem proteger a dignidade e a liberdade de todos os indivíduos, é igualmente importante abordar essas práticas de forma sensível e inclusiva, garantindo que as

vozes das comunidades locais sejam ouvidas e respeitadas, para que mudanças duradouras sejam possíveis.

2.3 Cultura e Identidade na Somália: Raízes Históricas e Contrastes entre o Norte e o Sul

A mutilação genital feminina na Somália possui profundas raízes em suas tradições culturais, sendo percebida como uma prática essencial para a formação da identidade feminina em várias comunidades. Além disso, é considerada um pré-requisito para que as mulheres obtenham status social e assegurem o casamento. A realização da MGF é muitas vezes percebida como uma forma de garantir o futuro da mulher dentro da sociedade, enquanto a sua não realização pode resultar em marginalização, dificultando sua aceitação e inserção nas normas sociais vigentes.

A MGF está intimamente ligada à preservação da virgindade, pureza e honra. Essa conexão com os conceitos de feminilidade e moralidade gera uma pressão comunitária que sustenta a prática ao longo das gerações, mesmo diante dos riscos físicos e emocionais envolvidos.

As origens da MGF na Somália remontam a antigas práticas culturais africanas pré-islâmicas, embora ao longo do tempo tenha sido incorporada às tradições somalis. Historicamente, a prática é em parte mantida devido à noção de que ela controla a sexualidade das mulheres, preservando sua castidade até o casamento. Além disso, a MGF é feita também para um rito de passagem, simbolizando a transição da infância para a idade adulta.

Dentro das comunidades somalis, a MGF continua a ser uma tradição coletiva que é transmitida de geração em geração. As cerimônias associadas à prática reforçam sua aceitação, e, frequentemente, as mulheres mais velhas desempenham um papel crucial nesse processo, acreditando que estão garantindo o futuro social e econômico das meninas. No entanto, essa transmissão cultural não é unânime, havendo uma divisão crescente entre aqueles que continuam a apoiar a prática e os que reconhecem seus efeitos negativos, influenciados em parte por campanhas de conscientização promovidas por organizações internacionais.

A MGF, portanto, assume uma ambivalência cultural: ao mesmo tempo em que representa um símbolo de aceitação social, é também um mecanismo de controle sobre o corpo feminino. Para muitas mulheres somalis, submeter-se à prática significa cumprir uma norma

social que lhes confere status na comunidade, mas também implica em conformidade com um sistema patriarcal que restringe suas escolhas.

Em termos de identidade cultural, a MGF desempenha um papel central na construção da feminilidade somali. Em documentários como “The Cut: Exploring FGM” (Al Jazeera, 2017), mulheres somalis relatam e reforçam que a prática, apesar de dolorosa, é muitas vezes vista como algo que as define enquanto mulheres aceitas socialmente. Essa identidade cultural, contudo, é muitas vezes contestada por mulheres mais jovens e ativistas, que destacam os danos físicos e psicológicos da MGF.

A tradição da MGF está tão enraizada que o abandono total da prática é visto como uma ameaça à coesão cultural. Documentários como “Silent Scream” (BBC, 2018) exploram como a MGF é um marcador de pertença à comunidade e à identidade étnica, e como o temor de ser marginalizada ou excluída leva muitas mulheres a aceitarem a prática, mesmo contra sua vontade.

É crucial destacar que as percepções sobre a MGF variam significativamente entre as diferentes regiões da Somália. Na região do norte, como na Somalilândia, o tipo mais comum de MGF é a infibulação. A Somalilândia tem adotado uma postura mais ativa contra a MGF, com tentativas de legislar contra a prática e campanhas educacionais mais organizadas, muitas vezes em parceria com ONGs e organizações internacionais, como a UNICEF e a UNFPA. No entanto, a prática ainda é profundamente enraizada em tradições locais, tornando a erradicação difícil.

Por outro lado, no sul da Somália, em áreas sob controle de grupos como o Al-Shabaab, as tentativas de erradicar a MGF enfrentam maiores barreiras. O Al-Shabaab, um grupo extremista islâmico que controla partes do sul da Somália, segue uma ideologia rígida que reforça normas patriarcais, limitando o progresso em termos de direitos das mulheres e proteção contra práticas como a MGF. Devido à instabilidade política e ao controle do Al-Shabaab, as campanhas de conscientização e os programas de saúde são mais escassos. Como resultado, as complicações graves de saúde decorrentes da MGF, como infecções, problemas urinários, dificuldades no parto e hemorragias, são comuns e frequentemente não tratadas adequadamente, o que contribui para a elevação dos índices de mortalidade materna na região (Fonte: WHO, 2020).

A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2020) indica que as mulheres que passaram pela MGF enfrentam maiores riscos durante o parto, incluindo obstruções, hemorragias e outras complicações que podem levar a consequências fatais. A MGF pode causar cicatrizes internas e estreitamento do canal vaginal, aumentando significativamente o risco de obstrução durante o parto. Além disso, essas mulheres têm maior probabilidade de sofrer hemorragias pós-parto, infecções e problemas urinários e reprodutivos. O estudo de Almroth et al. (2005) indica que a MGF contribui para uma maior mortalidade materna e neonatal em regiões onde a prática é comum. A OMS também destaca que a MGF está associada a complicações de longo prazo, como infecções recorrentes, infertilidade e problemas psicológicos, afetando a qualidade de vida das mulheres afetadas.

Al-Shabaab, que surgiu em 2006 como o braço militar do Conselho Islâmico da Somália, busca estabelecer um estado islâmico sob uma interpretação extremista da lei Sharia. O grupo tem vínculos com a Al-Qaeda e é conhecido por práticas repressivas e pela aplicação de punições severas a qualquer forma de dissidência ou violação de suas normas rígidas, especialmente relacionadas a questões de gênero e moralidade. Essa influência torna ainda mais difícil a implementação de políticas progressistas em áreas sob seu domínio. Para mais detalhes sobre o impacto do Al-Shabaab na sociedade somali e na perpetuação de normas culturais repressivas, o documentário "The Rise of Al-Shabaab" (BBC, 2015) oferece uma visão aprofundada sobre a atuação do grupo na Somália.

Para enfrentar a influência do Al-Shabaab não só na região sul, mas no país como um todo, as organizações internacionais e ONGs têm atuado em várias frentes. Algumas medidas incluem campanhas clandestinas de conscientização, apoio a redes de ativistas locais e educação a distância. Além disso, sanções financeiras e ações de contra-terrorismo têm sido aplicadas para enfraquecer o grupo. Essas ações visam criar um ambiente seguro para promover os direitos das mulheres e implementar políticas que protejam contra a MGF e outras formas de violência de gênero.

A promoção dos direitos das mulheres e o acesso a serviços de saúde de qualidade são essenciais para garantir que as escolhas sobre a MGF sejam autônomas e informadas. Essas iniciativas visam mitigar os riscos associados à MGF, respeitando o direito das mulheres sobre seus próprios corpos. Portanto, a combinação de conscientização, apoio local e serviços de saúde adequados é fundamental para promover a igualdade de gênero e um futuro mais seguro para as mulheres somalis. Essas ações precisam ser sustentadas por um diálogo contínuo e

colaboração que leve em conta as especificidades regionais, a fim de garantir mudanças duradouras e significativas.

3 A ORIGEM E A RELEVÂNCIA DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: DE SUAS RAÍZES HISTÓRICAS À GOVERNANÇA GLOBAL

As organizações internacionais surgiram como uma resposta à uma necessidade crescente de colaboração entre países para enfrentar desafios que ultrapassam as fronteiras nacionais. Segundo Herz, Hoffmann e Tabak (2020), as OIs são formadas por Estados soberanos ou outras entidades internacionais que se juntam para chegar em objetivos comuns, como a promoção da paz, defesa dos direitos humanos, saúde, educação e desenvolvimento econômico..

O primeiro impulso para a criação de OIs foi dado no século XIX, com iniciativas como a União Postal Universal, em 1874, e a Cruz Vermelha Internacional, fundada em 1863, que desejavam melhorar os serviços postais e coordenar a ajuda humanitária. Contudo, o desenvolvimento das OIs ganhou maior relevância após as duas Guerras Mundiais.

Essas organizações funcionam com base em tratados e convenções internacionais que definem seus objetivos, estruturas e responsabilidades. Elas operam como plataformas multilaterais que facilitam o diálogo e a cooperação entre os países, especialmente em questões de interesse global, como direitos humanos e segurança internacional. No entanto, apesar de promoverem a adoção de normas globais, as OIs enfrentam desafios ao tentar equilibrar o respeito pelas diferenças culturais com a promoção de direitos universais (Herz, Hoffmann & Tabak, 2020).

A Liga das Nações foi criada em 1919, no âmbito do Tratado de Versalhes, como a primeira organização internacional com o propósito de promover a paz e a segurança coletivas, além de estimular a cooperação entre os Estados. Conforme Herz, Hoffmann e Tabak (2020), sua fundação representou uma resposta direta às devastadoras consequências da Primeira Guerra Mundial, buscando estabelecer uma nova ordem internacional baseada no diálogo e na resolução pacífica de disputas.

A Liga das Nações foi um marco inicial na construção de um sistema global de governança, destacando-se como a primeira organização internacional com o objetivo de promover a paz, a segurança coletiva e a cooperação entre Estados. Contudo, apesar de seu pioneirismo, enfrentou limitações significativas, como a ausência de membros fundamentais, incluindo os Estados Unidos, e sua incapacidade de evitar eventos como a Segunda Guerra Mundial. Essas falhas evidenciaram a necessidade de uma estrutura internacional mais robusta

e abrangente, o que levou, em 1945, à criação da Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU sucedeu a Liga das Nações com a missão de reforçar os princípios de segurança coletiva e de cooperação internacional, oferecendo uma plataforma mais efetiva para enfrentar os desafios globais (Herz, Hoffmann & Tabak, 2020).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, surgiu a Organização das Nações Unidas (ONU), concebida como sucessora da Liga das Nações. A transição representou um avanço significativo, consolidado pela elaboração da Carta das Nações Unidas, que foi assinada por 50 países em São Francisco, em 26 de junho de 1945. A Carta estabeleceu os objetivos e os princípios da ONU, como a manutenção da paz e segurança internacionais, a promoção dos direitos humanos, e o desenvolvimento econômico e social, marcando o início de um novo paradigma na governança global.

Herz, Hoffmann e Tabak (2020) destacam que a ONU não apenas herdou os princípios básicos da Liga das Nações, mas também ampliou seu alcance, incorporando mecanismos mais eficazes para lidar com crises globais. Além disso, sua estrutura, como o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral, possibilitou maior representatividade e eficiência na resolução de conflitos. Assim, a transição da Liga das Nações para a ONU simbolizou uma evolução fundamental nas estratégias de cooperação internacional.

A ONU é constituída por seis órgãos principais: a Assembléia Geral, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Segurança, o Conselho de Tutela, o Secretariado e a Corte Internacional de Justiça. Os cinco primeiros têm sede em Nova York, EUA, e o último em Haia, Países Baixos.

A Carta das Nações Unidas, adotada em 1945 na Conferência de São Francisco, é um instrumento essencial do direito internacional, estabelecendo princípios fundamentais que regem as relações entre seus Estados membros. De acordo com a ONU (2022), a Carta determina que seus signatários devem respeitar princípios como a igualdade soberana dos Estados e a proibição do uso da força nas relações internacionais, exceto em casos de legítima defesa ou autorização do Conselho de Segurança. Esse documento consolidou a base jurídica para a criação da Organização das Nações Unidas, buscando promover a paz, a segurança internacional e a cooperação entre as nações.

A estrutura da ONU reflete sua missão abrangente. Segundo Herz, Hoffmann e Tabak (2020), a organização é composta por seis principais órgãos: a Assembleia Geral, onde todos

os Estados membros têm representação igualitária; o Conselho de Segurança, responsável por questões de paz e segurança; o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), que coordena atividades econômicas e sociais; o Conselho de Tutela, atualmente inativo; o Tribunal Internacional de Justiça, que resolve disputas legais entre Estados; e o Secretariado, que administra as operações da ONU sob a liderança do Secretário-Geral. Cada órgão desempenha um papel específico, contribuindo para a implementação dos objetivos estabelecidos na Carta.

Desde sua criação, a ONU tem evoluído para enfrentar os desafios globais em áreas como desenvolvimento sustentável, direitos humanos e crises humanitárias, ampliando o alcance de sua atuação e reforçando seu papel como plataforma central de cooperação internacional (Herz, Hoffmann & Tabak, 2020).

No contexto contemporâneo, as organizações internacionais têm se diversificado e ampliado significativamente, refletindo o aumento de sua relevância no sistema global. Herz, Hoffmann e Tabak (2020) destacam que essas organizações não só cresceram em número, mas também expandiram suas funções e áreas de atuação, evidenciando a necessidade de uma coordenação global robusta para lidar com desafios complexos e interdependentes. Em particular, agências especializadas da ONU, como a UNFPA e a UNICEF, desempenham papéis cruciais em áreas de direitos humanos, incluindo a luta contra a mutilação genital feminina.

3.1 UNFPA e seu Papel na Promoção da Saúde Reprodutiva e de Direitos Humanos

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) é a agência de desenvolvimento internacional da ONU, criada em 1969, com o objetivo de promover o bem-estar humano por meio de iniciativas relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, igualdade de gênero e questões populacionais.

Desde o seu surgimento, o UNFPA se consolidou como uma entidade fundamental para o enfrentamento de desafios globais. Sua missão é ambiciosa: garantir que toda gravidez seja desejada, todo parto seja seguro e que cada jovem possa alcançar seu pleno potencial (UNFPA, 2024).

Sua atuação é adaptada aos contextos locais, refletindo as demandas específicas de cada país. No Brasil, por exemplo, a organização foca na redução da mortalidade materna, no planejamento familiar, na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, como o

HIV/AIDS, e na ampliação de direitos de populações marginalizadas. A parceria com governos e organizações locais é essencial para fortalecer políticas públicas e promover inclusão social, com destaque para a promoção da saúde reprodutiva e a redução de desigualdades de gênero (UNFPA Brasil, 2024).

Em outro plano, na Somália, o UNFPA enfrenta desafios específicos de uma nação marcada por conflitos e crises humanitárias. O trabalho da agência é centrado em ações emergenciais, como a proteção de mulheres e meninas contra violência baseada em gênero, a prevenção da mutilação genital feminina, e a assistência a partos seguros em áreas vulneráveis. Além disso, a organização busca oferecer suporte essencial em contextos de deslocamento forçado e insegurança alimentar, reforçando a importância de intervenções adaptadas às realidades locais (UNFPA Somália, 2024).

Embora os objetivos centrais do UNFPA permaneçam os mesmos — promover saúde e direitos reprodutivos —, as estratégias variam de acordo com as especificidades locais. No Brasil, a ênfase recai sobre avanços estruturais de longo prazo, enquanto na Somália a prioridade é voltada para ações imediatas de sobrevivência e dignidade em meio a crises. Tal flexibilidade evidencia o compromisso do UNFPA em atender necessidades únicas de cada região, mantendo sua visão de um mundo mais justo e igualitário (Kanem, 2024; UNFPA, 2024).

3.2 A Atuação do UNFPA na Mutilação Genital Feminina: Desafios, Conquistas e Perspectivas

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) tem desempenhado um papel crucial no combate à mutilação genital feminina desde sua criação em 1969. Reconhecendo a prática como uma violação dos direitos humanos, a agência passou a implementar estratégias que abordam tanto fatores culturais quanto estruturais que perpetuam a MGF. A partir da década de 1970, o UNFPA alinhou-se aos esforços globais das Nações Unidas para erradicar práticas prejudiciais à saúde das mulheres e meninas. Essas ações incluem diálogos locais com líderes religiosos e comunitários, o fortalecimento de legislações contra a prática e suporte físico e psicológico para sobreviventes. (UNFPA Relatórios Anuais, 1970-1980)

Nos anos 1990, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo em 1994, marcou um ponto de inflexão ao reconhecer formalmente a MGF como uma violação dos direitos humanos e um obstáculo ao desenvolvimento

sustentável. Esse reconhecimento impulsionou campanhas educativas e programas de conscientização globais liderados por organizações como o UNFPA e UNICEF. (Documentos oficiais da CIPD, 1994)

Em 2003, a ONU proclamou o Dia Internacional de Tolerância Zero à MGF, celebrado anualmente em 6 de fevereiro. Essa data tornou-se uma plataforma global para ampliar a conscientização sobre os efeitos devastadores da prática, incluindo os danos físicos, psicológicos e sociais. O UNFPA, em parceria com a UNICEF, utilizou o dia como um marco para mobilizar governos e comunidades, promovendo legislações e campanhas de educação pública. Na Somália, eventos regionais aproveitam a data para engajar comunidades em debates e ações educativas. (ONU, Declaração do Dia Internacional de Tolerância Zero à MGF, 2003)

Em 2008, o UNFPA e a UNICEF lançaram o Programa Conjunto para Eliminar a MGF Globalmente, com foco em países prioritários, incluindo a Somália. Através desse programa, iniciativas locais de advocacy foram intensificadas, financiando ações comunitárias e promovendo políticas públicas que visam proteger meninas e mulheres. (Relatórios UNFPA-UNICEF, 2008-2020)

Na Somália, o UNFPA implementou, em 2015, serviços essenciais de prevenção, proteção e cuidado para 531.300 mulheres e meninas. Mais de 8.377 pontos de atendimento foram estabelecidos, dos quais 5.362 contavam com profissionais capacitados pelo Programa Conjunto UNFPA-UNICEF. Além disso, sistemas de gestão de informações em saúde foram aprimorados, permitindo o monitoramento de indicadores de MGF e facilitando o acesso aos serviços de saúde. (Relatório UNFPA sobre Saúde Reprodutiva na Somália, 2015)

Em 2018, após a morte de uma menina de 10 anos devido à MGF, a Somália registrou sua primeira acusação criminal contra a prática, um marco histórico no país. Nesse mesmo ano, o UNFPA, em parceria com a Ifrah Foundation, organizou conferências e a Academia de Mídia, envolvendo líderes religiosos, jornalistas e defensores locais. Essas iniciativas desmistificaram crenças culturais e promoveram o debate sobre legislações que criminalizam a prática. (Ifrah Foundation, Relatórios de Atividades, 2018)

Em 2019, no contexto do evento ICPD25 (25º aniversário da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento), realizado em Mogadíscio, o governo da Somália reafirmou seu compromisso com a erradicação da MGF até 2030. Com apoio do UNFPA, o governo se comprometeu a alcançar as metas globais de erradicação da MGF e de outras

práticas prejudiciais à saúde das mulheres e meninas. Também foram realizadas campanhas de rádio e televisão para expandir o alcance da conscientização sobre a MGF, especialmente nas áreas rurais e remotas da Somália.

No contexto do evento ICPD25, realizado em Mogadíscio em 2019, o governo somali reafirmou seu compromisso de erradicar a MGF até 2030, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Durante o evento, foram lançadas campanhas de rádio e televisão para alcançar comunidades remotas, ampliando o impacto das ações educativas. (Documentos do ICPD 25, 2019)

Entre 2020 e 2022, durante a pandemia de COVID-19, o UNFPA adaptou seus programas comunitários para plataformas digitais, garantindo a continuidade das atividades educativas e de advocacia. Na Somália, esforços foram direcionados à expansão de serviços médicos para tratar complicações da MGF e apoiar sobreviventes, mesmo em meio às limitações impostas pela crise sanitária. (UNFPA Relatório Pandêmico, 2020-2022)

Em 2023, a Somália deu continuidade à celebração do Dia Internacional de Tolerância Zero à MGF, com eventos voltados para a educação comunitária e o empoderamento de meninas como defensoras locais da erradicação da prática. Parcerias com ONGs locais foram fortalecidas, criando redes de apoio culturalmente sensíveis para combater a MGF. (UNFPA Atividades Recentes na Somália, 2023)

Em junho de 2024, o UNFPA, em parceria com as embaixadas da Irlanda e da Bélgica, organizou um evento em Jacarta, Indonésia, para aumentar a conscientização sobre a MGF. O evento contou com a exibição do filme *Girl from Mogadishu* e um diálogo entre líderes comunitários, religiosos e profissionais de saúde sobre ações coletivas contra a prática. O UNFPA também reafirmou seu compromisso com o Plano Regional de Ação para erradicar a MGF transfronteiriça, promovendo uma abordagem multissetorial e alinhando seus esforços aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030. (UNFPA, 2024)

Todas essas ações do UNFPA para erradicar a MGF reforçam seu papel de liderança global, mas também enfrentam críticas de estudiosos e ativistas. A principal crítica é que a abordagem de erradicação ignora as dimensões culturais e religiosas que sustentam a prática em muitas comunidades. Para muitos, a prática ainda é considerada um rito de passagem, ligado à aceitação social e normas religiosas. Quando a erradicação é imposta sem considerar esses

contextos, pode ser vista como uma imposição de valores ocidentais, marginalizando as vozes locais e aumentando a resistência.

Lila Abu-Lughod (2013) alerta que os discursos universais sobre direitos humanos, ao tratar mulheres de culturas não ocidentais como "vítimas", desconsideram a complexidade dessas comunidades. A criminalização da prática, embora necessária, pode falhar ao não abordar suas raízes culturais, gerando resistência e aumentando a prática clandestina, o que coloca em risco a saúde das mulheres.

Portanto, a crítica central à estratégia do UNFPA é que ela pode reforçar um olhar etnocêntrico, ao não considerar adequadamente as visões culturais e religiosas locais, o que comprometeria a eficácia das intervenções. Para promover mudanças sustentáveis, é fundamental adotar um modelo que respeite as identidades locais, garantindo transformações sociais que não deslegitimem as tradições, tornando a erradicação da MGF mais inclusiva e eficaz.

3.3 O Papel da UNICEF na Promoção dos Direitos das Crianças

O Fundo das Nações Unidas para a Infância, ou UNICEF, é uma agência da ONU fundada em 1946, com a missão de promover os direitos e o bem-estar das crianças ao redor do mundo. Seu trabalho abrange áreas como educação, saúde, nutrição, proteção infantil e igualdade de gênero, com foco especial em situações de emergência e comunidades vulneráveis. A agência visa a garantia de que todas as crianças, independentemente de sua origem, tenham acesso a um futuro saudável e seguro, onde seus direitos sejam respeitados (UNICEF, 2024).

No Brasil, a UNICEF tem sido uma parceira importante do governo e organizações locais para promover a educação infantil de qualidade, reduzir a mortalidade infantil e combater a exploração e o trabalho infantil. Suas ações incluem a implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão social e a proteção das crianças contra a violência, além de campanhas de conscientização sobre os direitos das crianças e adolescentes (UNICEF Brasil, 2024). A parceria com outras organizações, como ONGs e entidades locais, é essencial para fortalecer a rede de proteção e garantir um desenvolvimento integral para as crianças brasileiras.

Em contextos mais desafiadores, como na Somália, onde o UNFPA também realiza um trabalho crucial, a UNICEF foca em ações emergenciais e de longo prazo, voltadas para a proteção das crianças em situações de conflito e crise humanitária. Suas ações incluem a

educação em situações de emergência, a proteção contra violência e exploração, além de iniciativas para garantir a nutrição e a saúde infantil em meio a deslocamentos forçados e insegurança alimentar. Em 2024, a UNICEF continua a desempenhar um papel fundamental na resposta à crise humanitária no país, com intervenções adaptadas às necessidades locais, em parceria com outras agências da ONU e organizações internacionais (UNICEF Somália, 2024).

Assim como o UNFPA, a UNICEF adapta suas estratégias às realidades locais, com uma abordagem que visa garantir os direitos das crianças e o acesso a serviços essenciais, seja em contextos de paz ou de crise. A flexibilidade da UNICEF em sua atuação global reflete seu compromisso com um futuro mais justo e igualitário para todas as crianças (UNICEF, 2024; UNICEF Brasil, 2024).

3.4 A Estratégia da UNICEF frente à Mutilação Genital Feminina: Desafios e Adaptações Culturais na Somália

A UNICEF tem adotado diversas ações ao longo do tempo para combater a MGF, principalmente na Somália que possui uma grande prevalência da prática. As ações têm foco em educação, sensibilização e apoio a políticas públicas para erradicar essa prática.

Desde 1990, a UNICEF iniciou suas intervenções, com campanhas de conscientização e a coleta de dados sobre essa prática, particularmente em países da África e do Oriente Médio, como a Somália, onde o procedimento é culturalmente arraigado. A organização adotou abordagens adaptadas às realidades locais, incluindo a colaboração com líderes comunitários e outras partes envolvidas para promover mudanças nas normas sociais que perpetuam essa violência (UNICEF, 1990).

Em 2008, a UNICEF firmou uma parceria com o UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas) para lançar um programa global para a erradicação da mutilação genital feminina. Este projeto foi implementado em 17 países, incluindo a Somália, e teve como objetivo sensibilizar as comunidades, modificar normas sociais e fortalecer as políticas públicas voltadas para a eliminação da prática. A iniciativa também se concentrou em soluções locais, sustentáveis, com o apoio de governos e organizações não governamentais (UNICEF, 2008).

Em 2010, a UNICEF colaborou na elaboração de diretrizes nacionais e regionais destinadas a erradicar a mutilação genital feminina. Essas diretrizes foram fundamentais para a criação de legislações e políticas públicas, tanto na Somália quanto em outros países afetados,

com ênfase na proteção das meninas e mulheres. Além disso, a UNICEF implementou programas de apoio médico e psicológico para as vítimas (UNICEF, 2010).

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada em 2015, estabeleceu a eliminação dessa prática como uma meta a ser alcançada até 2030. Nesse contexto, a UNICEF intensificou seus esforços, incentivando os governos, inclusive o somali, a adotar medidas concretas para proteger meninas e mulheres. A organização ampliou sua atuação em nível comunitário, com o objetivo de alterar atitudes e comportamentos relacionados à mutilação genital feminina (UNICEF, 2015).

Em 2019, a UNICEF, em conjunto com o UNFPA e a ONU Mulheres, reafirmou seu compromisso de eliminar a prática até 2030. As três organizações continuaram a trabalhar de perto com líderes locais e religiosos na Somália, visando mudanças profundas nas normas culturais que sustentam essa violência. A abordagem foi ampliada, com foco não só em transformar as políticas públicas, mas também em modificar as atitudes das comunidades em relação à prática (UNICEF, 2019).

Mais recentemente, em 2024, a UNICEF mantém uma presença constante nas comunidades somalis, oferecendo suporte integral às vítimas, como serviços médicos, psicológicos e apoio social. Além disso, a agência continua a promover campanhas educacionais, com foco na prevenção da prática e na promoção dos direitos das meninas. A colaboração com organizações locais tem sido essencial, buscando garantir proteção e segurança às meninas por meio de um modelo de intervenção adaptado à realidade somali. O empoderamento das comunidades locais tem sido um fator chave para garantir mudanças duradouras e sustentáveis (UNICEF, 2024).

Apesar do contínuo compromisso da UNICEF na erradicação da MGF, algumas de suas estratégias enfrentam desafios, especialmente no que diz respeito à integração das realidades culturais locais. Esse problema não é exclusivo da UNICEF, mas também se aplica ao UNFPA e outras agências da ONU.

Embora a UNICEF tenha tentado envolver líderes locais, muitas das suas ações continuam a seguir um modelo externo de intervenção, sem proporcionar uma participação efetiva das comunidades afetadas no processo de construção das estratégias. Esse enfoque pode ser visto como uma forma de imposição externa, frequentemente interpretada como uma deslegitimação das práticas culturais locais, o que gera resistência (Abu-Lughod, 2013).

A ênfase da agência na educação e na mudança de comportamentos não considera por completo as dinâmicas culturais que sustentam práticas como a MGF. A transformação cultural é um processo gradual e exige uma abordagem sensível às tradições locais. Focar predominantemente nos aspectos de saúde pública pode negligenciar o valor simbólico da prática em muitas comunidades, tornando as ações menos eficazes. Em alguns casos, a implementação de soluções externas sem adaptação ao contexto local pode até reforçar a prática, gerando reações contrárias (Abu-Lughod, 2013).

Essa questão levanta o debate entre universalismo e relativismo cultural, que permeia as abordagens do UNFPA, da UNICEF e de outras organizações da ONU. Enquanto a perspectiva universal de direitos humanos defende a aplicação de normas globais para todas as pessoas, muitos críticos argumentam que essa visão não leva em conta as especificidades culturais de comunidades que veem a MGF como uma prática culturalmente significativa (Merry, 2006). Nesse sentido, a imposição de valores universais sem um entendimento profundo dos contextos locais pode ser interpretada como uma violação da autonomia cultural.

A falta de uma colaboração genuína com as comunidades dificulta a aceitação e a eficácia das políticas propostas. Para alcançar mudanças duradouras, é essencial adotar abordagens mais inclusivas, que integrem as perspectivas locais e respeitem as tradições, permitindo uma transformação mais eficaz e sustentável (UNICEF, 2024).

4 SUCESSOS E DESAFIOS LOCAIS: CONTRASTE COM PAÍSES AFRICANOS DE MESMA COMPLEXIDADE CULTURAL

Não apenas na Somália, mas em diversas partes do mundo, especialmente na África Subsaariana, a mutilação genital feminina é uma prática profundamente enraizada em tradições culturais, sociais e, em alguns casos, religiosas. Contudo, em meio a esse cenário, vários países africanos têm alcançado avanços significativos na redução da prática, evidenciando que, mesmo diante de desafios culturais complexos, mudanças são possíveis quando estratégias adequadas e integradas são implementadas. Entre os exemplos mais notáveis estão Senegal, Quênia e Etiópia, onde ações conjuntas entre governos, organizações internacionais, lideranças locais e a sociedade civil demonstraram eficácia em transformar práticas sociais.

No Senegal, o programa Tostan destacou-se como uma iniciativa exemplar na erradicação da MGF. Este programa comunitário de empoderamento foi criado em 1991 e implementado inicialmente em áreas rurais, utilizando uma abordagem baseada na educação não formal (Tostan, 2019). O foco principal do Tostan era promover o conhecimento sobre direitos humanos, saúde e governança democrática, além de incentivar discussões abertas dentro das comunidades. Por meio de oficinas participativas, a organização trabalhou diretamente com líderes locais, mulheres, homens e jovens, promovendo um espaço de diálogo onde as comunidades puderam refletir sobre práticas tradicionais, incluindo a MGF.

A conexão com o conceito de normas internacionais, conforme descrito por Martha Finnemore e Kathryn Sikkink, é clara neste caso. A fase de emergência é representada pela mobilização inicial de organizações como a UNFPA e UNICEF, que destacaram a MGF como uma violação dos direitos humanos. No caso do Tostan, a internalização da norma contra a prática ocorreu por meio de oficinas participativas que envolveram líderes locais e comunidades inteiras. As declarações públicas de abandono coletivo da MGF, incentivadas pelo programa, reforçaram a cascata normativa, criando um ambiente social que favoreceu mudanças duradouras (Diop, Moreau & Benga, 2008).

Os esforços integrados envolveram não apenas a disseminação de informações, mas também o fortalecimento do papel das lideranças comunitárias e religiosas como agentes de mudança. O programa capacitou líderes para desempenhar um papel ativo no combate à prática, promovendo declarações públicas de abandono coletivo da MGF. Essas declarações, que reúnem diversas comunidades, foram cruciais para reduzir o estigma social enfrentado pelas

famílias que decidiam abandonar a prática, ao mesmo tempo em que incentivavam a coesão social. Até 2010, mais de 6.000 comunidades em oito países africanos, incluindo o Senegal, haviam realizado essas declarações públicas por meio do Tostan, impactando diretamente milhares de meninas e mulheres (Diop, Moreau & Benga, 2008).

Além disso, o Tostan incorporou elementos culturais às suas atividades educativas, respeitando tradições locais enquanto propunha rituais alternativos para substituir a MGF. Um exemplo é o uso de cerimônias comunitárias para marcar a transição das meninas para a vida adulta sem a necessidade da mutilação, reforçando a identidade cultural de forma positiva e segura. A abordagem também incluiu a integração de questões de saúde pública e direitos reprodutivos, ajudando a população a compreender os riscos físicos e psicológicos associados à prática (Diop, Moreau & Benga, 2008).

Além disso, a UNFPA e a UNICEF desempenharam papéis essenciais no apoio ao Tostan, financiando atividades e fornecendo suporte técnico para o desenvolvimento de currículos educativos que integrassem saúde, direitos humanos e gênero (UNICEF, 2020). A ONU colaborou com o governo senegalês na formulação de políticas públicas, criando um ambiente que favorecesse o abandono da prática.

Esse modelo de ação integrada, que alia respeito às tradições locais, educação, empoderamento comunitário e apoio de lideranças, demonstrou ser uma estratégia sustentável e replicável. Os resultados alcançados no Senegal mostram que, embora a erradicação da MGF seja um desafio monumental, o envolvimento genuíno das comunidades na criação de soluções é uma peça-chave para o sucesso.

No Quênia, simboliza a fase de cascata normativa, em que legislações alinhadas a normas internacionais reforçam esforços comunitários e mudanças sociais. A combinação de legislações rígidas — como a Lei de Proibição da MGF de 2011 — com campanhas de conscientização lideradas por líderes comunitários e religiosos ajudou a reduzir as taxas de MGF, especialmente entre gerações mais jovens. Além disso, o governo queniano colaborou com organizações internacionais para criar centros de acolhimento e proteção para meninas em risco, oferecendo alternativas seguras para escapar da prática (UNFPA, 2019).

A UNICEF apoiou programas de conscientização em escolas e comunidades rurais, promovendo o empoderamento de meninas e o diálogo intergeracional. A ONU também

trabalhou com líderes religiosos, incentivando-os a rejeitar a prática e promover rituais alternativos.

A Etiópia, por sua vez, exemplifica a fase de internalização, com mulheres líderes locais desempenhando papéis cruciais na rejeição da prática. Foi adotada uma abordagem multissetorial, combinando campanhas educacionais, legislações, e o envolvimento de mulheres líderes nas comunidades. Essas mulheres desempenharam papéis cruciais como agentes de mudança, desafiando normas sociais e incentivando a prática de rituais alternativos para celebrar marcos de vida feminina sem mutilação (UNFPA, 2021). A UNFPA e a UNICEF apoiaram programas de rádio e teatro comunitário para alcançar áreas remotas e promover diálogos abertos.

Por outro lado, a Somália enfrenta desafios distintos, onde a fase de cascata normativa encontra barreiras significativas. A instabilidade política, a resistência cultural e a ausência de políticas públicas eficazes dificultam a erradicação da prática. Embora a UNFPA e a UNICEF tenham implementado estratégias de conscientização, a internalização das normas contra a MGF ainda é limitada. A conexão cultural da prática com identidades locais exige abordagens que equilibrem o respeito às tradições com os princípios de saúde e direitos humanos promovidos pelas normas internacionais.

O contraste entre a Somália e países como Senegal, Quênia e Etiópia evidencia a importância de estratégias personalizadas para cada contexto. No Senegal, por exemplo, o engajamento genuíno das comunidades foi peça-chave para o sucesso. No Quênia e na Etiópia, a combinação de legislações fortes com abordagens educacionais inclusivas reforçou a aceitação de normas globais em nível local.

Na Somália, no entanto, o caminho para a internalização das normas contra a MGF requer não apenas esforços contínuos de organizações internacionais, mas também uma mobilização mais robusta de lideranças locais e uma maior estabilidade política para promover mudanças estruturais e culturais duradouras.

4.1 Outros Modelos de Sucesso: A Erradicação da MGF na Europa e suas Implicações Globais

A MGF, embora predominantemente associada a países africanos, também tem sido praticada em algumas comunidades de imigrantes na Europa. Nesse contexto, as políticas

públicas europeias voltadas para a erradicação da prática oferecem exemplos valiosos que podem servir de referência para iniciativas semelhantes na Somália, embora seja importante considerar as diferenças culturais significativas entre os dois contextos.

Em primeiro lugar, a legislação desempenhou um papel central na redução da prática. Países como Reino Unido, França e Alemanha implementaram leis específicas que criminalizam a MGF e garantem medidas de proteção para meninas em risco.

Uma das principais ferramentas legislativas foi a Lei de Proteção à Criança do Reino Unido, que busca prevenir a MGF em diversos níveis. A legislação não apenas criminaliza a realização do procedimento dentro do território britânico, mas também aborda casos de "turismo de mutilação", que ocorre quando as famílias levam meninas para outros países com o objetivo de realizar a prática. A lei autoriza tribunais a emitirem ordens de proteção específicas, como confiscar passaportes para impedir viagens e garantir segurança às menores em risco. Além disso, inclui a obrigação legal de denúncia por profissionais de saúde e educação que suspeitam de casos, promovendo uma vigilância comunitária ativa (UNICEF, 2020).

Na França, um sistema de tolerância zero foi adotado, caracterizado por investigações proativas e processos judiciais rigorosos. O sistema de saúde pública realiza exames médicos regulares em crianças, facilitando a identificação precoce de casos. Além disso, campanhas educativas têm integrado informações sobre os riscos da prática a programas sociais, muitas vezes em colaboração com líderes comunitários locais (Shell-Duncan et al., 2013).

Na Suécia, a legislação aplica-se tanto dentro quanto fora do país, abrangendo cidadãos e residentes que realizem ou sejam coniventes com a MGF. O governo sueco promove a conscientização por meio de programas educacionais voltados para imigrantes recém-chegados, que incluem informações sobre direitos humanos e implicações legais. Além disso, um sistema abrangente de monitoramento envolve escolas, serviços de saúde e organizações não governamentais (UNFPA, 2020). Já na Holanda, a estratégia combina leis rigorosas com ações comunitárias. Líderes religiosos e sociais participam de workshops e eventos informativos para conscientizar sobre os direitos das meninas e os impactos da prática. Centros especializados oferecem apoio médico, psicológico e jurídico às sobreviventes, fortalecendo redes de apoio e capacitando-as como agentes de mudança em suas comunidades (Amnistia Internacional, 2019).

Além das leis, a conscientização pública tem sido essencial. Campanhas como a "End FGM", liderada pelo Conselho da Europa em parceria com organizações como a Amnistia Internacional. A campanha focou na disseminação de informações sobre os riscos físicos e psicológicos associados à prática, além de enfatizar os direitos humanos. As ações incluíram treinamentos para profissionais de saúde e assistência social, produção de materiais educativos em várias línguas e o estabelecimento de plataformas de diálogo com as comunidades afetadas. Essa abordagem buscou equilibrar a sensibilização para os riscos da prática com o respeito às tradições culturais, promovendo mudanças sustentáveis através do engajamento direto (Amnistia Internacional, 2019).

Além disso, serviços especializados para vítimas desempenharam um papel significativo. Em muitos países europeus, centros de apoio foram estabelecidos para atender sobreviventes da MGF. Esses serviços ofereciam tratamento médico para reparar danos físicos, apoio psicológico para lidar com traumas emocionais e assistência jurídica em casos de perseguição legal ou pedidos de asilo. Também funcionavam como pontos de referência para informar e orientar comunidades sobre os direitos das mulheres, contribuindo para a construção de redes de apoio comunitário (UNFPA, 2020).

Essas iniciativas europeias ilustram uma abordagem abrangente que combina medidas legais, conscientização pública, suporte às vítimas e podem servir como modelos para a Somália, considerando as devidas adaptações culturais. Embora a implementação de leis seja viável, sua eficácia dependerá de estratégias complementares, como o engajamento de líderes comunitários e a promoção de alternativas culturalmente apropriadas que respeitem os direitos das mulheres. Assim, a experiência europeia demonstra que uma combinação de ações legais, educativas e de suporte é essencial para reduzir a prática e promover mudanças sustentáveis.

4.2 A Visão Ocidental e o Debate entre Universalismo e Relativismo na Erradicação da MGF

A visão ocidental frequentemente parte do princípio de que práticas como a mutilação genital feminina (MGF) podem ser eliminadas com relativa facilidade, devido à crença de que basta introduzir legislações e promover campanhas educativas para que a mudança ocorra.

Esse entendimento simplificado reflete a maneira como muitas sociedades ocidentais abordam questões relacionadas aos direitos humanos: por meio de um prisma jurídico e individualista, no qual normas legais são vistas como suficientes para modificar

comportamentos culturais. Além disso, há uma tendência a minimizar a complexidade de sistemas sociais em que práticas como a MGF são sustentadas não apenas por tradições, mas também por dinâmicas de poder, identidade coletiva e valores comunitários.

Essa percepção, em parte, surge do distanciamento cultural e do foco na universalidade dos direitos humanos, uma noção fortemente promovida em contextos ocidentais. Na visão ocidental, a prática da MGF é frequentemente reduzida a um ato de violência contra mulheres e meninas, ignorando nuances culturais e o papel simbólico que desempenha em determinadas sociedades. Essa abordagem pode levar a soluções que ignoram os desafios estruturais e emocionais envolvidos na erradicação da prática, como a necessidade de criar alternativas culturais ou transformar normas sociais profundamente enraizadas.

Outro fator que contribui para essa percepção de "facilidade" é o impacto positivo de campanhas bem-sucedidas em outros países africanos, como Senegal e Quênia. Contudo, essas vitórias nem sempre levam em conta o contexto único de cada nação. Na Somália, por exemplo, as taxas extremamente altas de prevalência da MGF e sua ligação direta com identidades sociais e religiosas tornam a mudança mais desafiadora, exigindo intervenções adaptadas às especificidades locais. A complexidade é agravada pela instabilidade política e pela ausência de estruturas institucionais que possam apoiar a internalização de normas internacionais.

Assim, embora a visão ocidental promova o avanço dos direitos humanos e considere a erradicação da MGF essencial, essa perspectiva universalista deve ser equilibrada com uma compreensão mais profunda das dinâmicas culturais e das realidades locais. Reconhecer que soluções rápidas ou universais podem ser ineficazes é crucial para garantir que as intervenções sejam respeitosas, sustentáveis e genuinamente transformadoras.

4.3 Desafios e Estratégias das Organizações Internacionais na Abordagem da Mutilação Genital Feminina na Somália

A erradicação da mutilação genital feminina (MGF) na Somália apresenta desafios únicos que as organizações internacionais (OIs), como a UNICEF e o UNFPA, devem enfrentar com estratégias adaptadas às especificidades do país. A prevalência da prática, profundamente enraizada em tradições culturais e sociais, combinada com instabilidade política e sistemas de governança frágeis, dificulta a criação de um ambiente favorável à mudança. A isso se soma a resistência das comunidades locais, que muitas vezes percebem a MGF como um marcador essencial de identidade cultural e religiosa.

Entre os principais desafios, destaca-se a ausência de legislação nacional robusta que criminalize a MGF de forma abrangente. Embora a Constituição provisória de 2012 proíba a prática, sua implementação é limitada devido à falta de mecanismos legais e à fragilidade das instituições somalis. Além disso, a disseminação de informações e o alcance das campanhas educativas são comprometidos pela insegurança no país, dificultando a atuação das OIs em áreas rurais e remotas onde a prática é mais prevalente.

Diante desse cenário, as OIs devem adotar uma abordagem multissetorial e culturalmente sensível. Uma das estratégias mais eficazes tem sido o engajamento das lideranças locais e religiosas, incentivando-as a reinterpretar normas culturais e religiosas em favor da proteção das meninas. A UNFPA e a UNICEF, por exemplo, têm investido em programas de capacitação para líderes comunitários, promovendo diálogos que destacam os riscos da MGF à saúde e aos direitos humanos, ao mesmo tempo em que propõem rituais alternativos que respeitem as tradições locais.

Outra estratégia fundamental é o fortalecimento de sistemas comunitários de apoio, por meio da criação de espaços seguros e centros de acolhimento para meninas em risco de serem submetidas à prática. Essas iniciativas são complementadas por programas educativos que incluem tanto meninas quanto meninos, criando uma base para a transformação intergeracional das normas sociais. A promoção de campanhas de conscientização por meio de mídias acessíveis, como rádio e teatro comunitário, também é essencial para alcançar populações em áreas remotas.

Adicionalmente, as OIs devem trabalhar em estreita colaboração com o governo somali para consolidar políticas públicas e implementar marcos legais mais efetivos. Isso inclui apoio técnico e financeiro para a elaboração de legislações que criminalizem a prática e ofereçam proteção às vítimas. Além disso, esforços devem ser direcionados à capacitação de profissionais de saúde e educação, criando uma rede integrada para identificar e prevenir casos de MGF.

Por fim, o contexto somali exige que as estratégias das OIs combinem intervenções imediatas com ações de longo prazo, promovendo uma mudança cultural sustentável. Para isso, a fase de internalização de normas contra a MGF, conforme descrito por Finnemore e Sikkink, deve ser priorizada, garantindo que os princípios de direitos humanos sejam efetivamente incorporados às práticas e valores locais.

Essas abordagens, quando implementadas de forma consistente e em colaboração com todos os setores da sociedade, podem contribuir significativamente para superar os desafios e promover a erradicação da MGF na Somália.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo concentrou-se na análise da prática da Mutilação Genital Feminina com enfoque na Somália, destacando as dimensões culturais, sociais e políticas que sustentam essa prática no país, bem como a atuação das Organizações Internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), que são protagonistas no enfrentamento desse desafio de conciliar os direitos humanos das mulheres e meninas.

Ao longo do trabalho, foi possível investigar como essas organizações têm implementado ações voltadas para a erradicação da MGF, analisando estratégias como campanhas de conscientização, parcerias com lideranças locais e iniciativas legislativas. O estudo também evidenciou os desafios enfrentados, como a resistência cultural e religiosa, a instabilidade política na Somália e as críticas às abordagens que, em algumas ocasiões, ignoram as complexidades culturais envolvidas na prática.

Com base nas teorias de normas internacionais de Finnemore e Sikkink, foi possível compreender como a emergência, a cascata e a internalização das normas de direitos humanos moldam as intervenções globais e locais. Por outro lado, a abordagem feminista interseccional, como defendida por Kimberlé Crenshaw, trouxe à tona a necessidade de considerar as interseções entre gênero, cultura, classe e religião no desenho de estratégias mais inclusivas e eficazes.

Um dos principais objetivos de contribuições do estudo foi destacar que, embora a erradicação da MGF seja um objetivo central das ações das organizações internacionais, o respeito às tradições locais e a promoção de diálogos interculturais são essenciais para a eficácia das intervenções. A tentativa de impor mudanças sem considerar as especificidades culturais pode resultar em resistência ou práticas clandestinas, agravando os riscos para as meninas e mulheres.

Como solução possível, propõe-se um modelo de intervenção que combine educação comunitária, rituais alternativos que respeitem as tradições culturais e o fortalecimento do protagonismo das lideranças locais, incluindo mulheres e jovens. Ademais, é essencial que as organizações internacionais atuem como facilitadoras, criando espaços para o diálogo e promovendo a transformação social de forma colaborativa, em vez de prescritiva. Essas ações, aliadas a políticas públicas efetivas e à integração de uma perspectiva culturalmente sensível,

podem potencializar a promoção dos direitos humanos sem comprometer a identidade cultural das comunidades.

Assim, conclui-se que a erradicação da MGF requer abordagens que equilibrem a universalidade dos direitos humanos com o respeito ao contexto local, promovendo mudanças que sejam ao mesmo tempo sustentáveis e transformadoras. O presente estudo reforça a importância de estratégias inclusivas e baseadas no diálogo para superar desafios como os enfrentados na Somália, proporcionando caminhos para um futuro mais justo e igualitário para mulheres e meninas.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila. **Do Muslim Women Need Saving?** [S. l.]: Harvard University Press, 2013. Disponível em: https://docdrop.org/download_annotation_doc/Introduction_Lila-Abu-Lughod---Do-Muslim-Women-Need-Saving_--q49dk.pdf. Acesso em: 23 set. 2024
- BANKE-THOMAS, A.; AGBEMENU, K.; JOHNSON-AGBAKWU, C. Factors Associated with Access to Maternal and Reproductive Health Care among Somali Refugee Women Resettled in Ohio, United States: A Cross-Sectional Survey. **Journal of Immigrant and Minority Health**, [S. l.], v. 21, p. 946–953, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10903-018-0824-4>. Acesso em: 25 out. 2024.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 10 set. 2024.
- DESERT Flower**, 2009. Direção: Waris Dirie. Disponível em: Prime Video.
- DIRIE, Waris. **Desert Flower: The Extraordinary Journey of a Desert Nomad**. [S. l.]: William Morrow. 2009. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Desert-Flower-Extraordinary-Journey-English-ebook/dp/B002C949AE/>. Acesso em: 10 set. 2024.
- ENDING Female Genital Mutilation by 2030. UNITED NATIONS**. Disponível em: <https://www.un.org/en/observances/female-genital-mutilation-day>. Acesso em: 22 set. 2024.
- EVALUATION of the Long-Term Impact of the Tostan Program on the Abandonment of FGM/C and Child Marriage. **POPULATION COUNCIL**. Disponível em: https://knowledgecommons.popcouncil.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1137&context=departments_sbsr-rh. Acesso em: 30 nov. 2024.
- FEMALE Genital Mutilation. **NATIONAL FGM CENTRE**. Disponível em: <https://nationalfgmcentre.org.uk/fgm/>. Acesso em: 22 set. 2024.
- FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. International Norm Dynamics and Political Change. **International Organization**, [S. l.], v. 52, n. 4, p. 887-917, 1998. Disponível em: <https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/files/2016/02/Finnemore-and-Sikkink.-International-Norm-Dynamics-and-Political-Change.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Female genital mutilation (FGM)**. Disponível em: <https://data.unicef.org/topic/child-protection/female-genital-mutilation/> Acesso em: 22 set. 2022.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **O que são direitos humanos?**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/o-que-sao-direitoshumanos>. Acesso em: 22 set. 2024.
- FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA); UNICEF. **Eliminação da mutilação genital feminina**: Declaração conjunta. Genebra: OMS, 2007. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/declaracao_conjunta.pdf Acesso em: 10 nov. 2024.

HERZ, Monica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro; TABAK, Jana. **Organizações Internacionais: histórias e práticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=QZXpCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=organiza%C3%A7%C3%B5es+internacionais+monica+herz&ots=kB9m0IsGQh&sig=wuPTYJMzNhDHUFnh5yhRTrenhnU#v=onepage&q=organiza%C3%A7%C3%B5es%20internacionais%20monica%20herz&f=false> Acesso em: 25 out. 2024.

HUMAN Rights and Female Genital Mutilation. **AMNESTY INTERNATIONAL**, [S. l.], set. 1997. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/act77/005/1997/en/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

JOHNSON-AGBAKWU, Crista E. Sculptors of African Women's Bodies: Forces Reshaping the Embodiment of Female Genital Cutting in the West. **SPRING NATURE**, [S. l.], v. 50, p. 1949-1957, 23 april, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10508-020-01710-1>. Acesso em: 30 set. 2024

KYMLICKA, Will. **Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights**. Oxford: Clarendon Press, 1995. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=5ivCp2bvqckC&printsec=front_cover&redir_esc=y. Acesso em: 01 nov. 2024.

MATANDA, Dennis, Groce-Galis Melanie, Gay Jill & Hardee Karen. Effectiveness of Interventions Designed to Prevent or Respond to Female Genital Mutilation. **A Review of Evidence**, Kenya, jun. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/106831/file/FGM-State-of-Evidence.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024

MERRY, Sally Engle. **Human Rights and Gender Violence: Translating International Law into Local Justice**. Chicago: University of Chicago Press, 2006. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=eRYbjp-fOiYC&oi=fnd&pg=PA1966&dq=Human+Rights+and+Gender+Violence:+Translating+International+Law+into+Local+Justice&ots=TI_4wU9tXg&sig=JDN5hvlcFxxBvuKCUnxV4m7WXBl#v=onepage&q=Human%20Rights%20and%20Gender%20Violence%3A%20Translating%20International%20Law%20into%20Local%20Justice&f=false. Acesso em: 22 set. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 22 set. 2024.

OXFAM INTERNATIONAL. **Ending Female Genital Mutilation**. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/research/ending-female-genital-mutilation>. Acesso em: 22 set. 2024.

PEREIRA, Micheli. Direitos humanos: universalismo, indivisibilidade e democracia liberal x relativismo cultural, globalização e democracia 'agonista'. **Revista de Direitos Culturais**, Santo Ângelo, 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/322640619.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

RELATÓRIO de Atividades 2018. **Ifrah Foundation**, 2018. Disponível em: <https://indd.adobe.com/view/aca85e68-58b0-463a-9910-842b8a9766be>. Acesso em: 18 nov. 2024.

SHELL-DUNCAN, Bettina; HERNLUND, Ylva (ed.). **Female "Circumcision" in Africa: culture, controversy, and change**. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2000. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=rhhRXiJIGeC>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SILENT SCREAM. Direção: BBC. Londres: British Broadcasting Corporation, 2018. 1 vídeo. 50 min.

THE CUT: Exploring Female Genital Mutilation. Direção: Fatma Naib. Doha: Al Jazeera Media Network, 2017. Disponível em: <https://www.dailymotion.com/video/x6f7ktf>. Acesso em: 20 set. 2024.

THE RISE of Al-Shabaab. Direção: Suroosh Alvi. Série Terror, episódio 2, Apple TV+, 2019. Disponível em: <https://tv.apple.com/us/episode/al-shabaab/umc.cmc.5g1uhhmlj2glk2pc2982s8jww>. Acesso em: 24 out. 2024.

UNFPA BRASIL. **Sobre o UNFPA no Brasil**. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org>. Acesso em: 30 nov. 2024.

UNFPA SOMALIA. **Our Work in Somalia**. Disponível em: <https://somalia.unfpa.org>. Acesso em: 30 nov. 2024.

UNFPA. 2022 Global Annual Report - Reimagining Resilience: Eliminating Female Genital Mutilation in the Context of the Polycrisis. **UNFPA**, 2023. Disponível em: <https://www.unfpa.org/publications/2022-global-annual-report-reimagining-resilience>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNFPA. Ações Estratégicas e Métricas de Progresso do Programa. **UNFPAM**, 2015. Disponível em: <https://www.unfpa.org/resources/fgm-programme-2015>. Acesso em: 23 nov. 2024.

UNFPA. **Ending Harmful Practices Through Community-led Social Change in Senegal**. Disponível em: <https://www.unfpa.org/end-harmful-practices-social-change-senegal>. Acesso em: 30 nov. 2024.

UNFPA. Fato-Rápido: Aceleração do Abandono da MGF. **UNFPA**, 2012. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/FACT-SHEET-2012.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.

UNFPA. Female Genital Mutilation. **UNFPA**, 2024. Disponível em: <https://www.unfpa.org/resources/female-genital-mutilation>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNFPA. Female Genital Mutilation: Addressing Global Challenges with Local Solutions. **UNFPA**, 2023. Disponível em: <https://www.unfpa.org/fgm-global-solutions>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNFPA. FGM and Sustainable Development Goals. **UNFPA**, 2024. Disponível em: <https://www.unfpa.org/fgm-and-sdgs>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNFPA. ICPD25 Nairobi Summit Report: Advancing Population and Development Goals. **UNFPA**, 2019. Disponível em: <https://www.unfpa.org/icpd25>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNFPA. Policy Dialogue and Screening of "Girl from Mogadishu" in Collaboration with Ireland and Belgium. **UNFPA**, Indonesia, 5 jun. 2024. Disponível em: <https://indonesia.unfpa.org/news/policy-dialogue-ireland-belgium-ending-fgm>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNFPA. Relatório Global de 2022: "Reimagining Resilience". **UNFPA**. Disponível em: <https://www.unfpa.org/resources/2022-global-annual-report-reimagining-resilience>. Acesso em: 23 nov. 2024.

UNFPA. UNFPA-UNICEF Joint Programme on FGM Elimination. **UNFPA**. Disponível em: <https://www.unfpa.org/unfpa-unicef-joint-programme-fgm>. Acesso em: 23 nov. 2024.

UNFPA. What We Do. UNFPA. Disponível em: <https://www.unfpa.org/about-us>. Acesso em: 30 nov. 2024.

UNFPA; UNICEF. 2023 Annual Report of FGM Joint Programme: Addressing Global Challenges with Local Solutions to Eliminate Female Genital Mutilation. **UNFPA**, 2024. Disponível em: <https://www.unfpa.org/publications/2023-annual-report-fgm-joint-programme>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNICEF DATA. Disponível em: <https://data.unicef.org/>. Acesso em: 22 set. 2024.

UNICEF. 10 milhões de meninas a mais em risco de casamento infantil devido à COVID-19. **UNICEF**, 08 mar. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/10-milhoes-de-meninas-a-mais-em-risco-de-casamento-infantil-devido-a-covid-19>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNICEF. 2020 Annual Report: Female Genital Mutilation and COVID-19. **UNICEF**, set. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/2020-annual-report-female-genital-mutilation-covid19>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNICEF. A Decade of Action to Achieve Gender Equality: The UNICEF Approach to the Elimination of Female Genital Mutilation. **UNICEF**, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/decade-action-gender-equality>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNICEF. Annual Report - Somalia. **UNICEF**. Disponível em: <https://www.unicef.org/somalia>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNICEF. Case Study on Tostan's Approach. **UNICEF**. Disponível em: <https://tostan.org/unicef-case-study-tostan-approach/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

UNICEF. Effectiveness of Interventions Designed to Prevent or Respond to Female Genital Mutilation. **UNICEF**, 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/evidence/fgm-interventions>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNICEF. Female Genital Mutilation Program. **UNICEF**. Disponível em: <https://www.unicef.org/protection/female-genital-mutilation>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNICEF. Female Genital Mutilation: A statistical overview and exploration of the dynamics. **UNICEF**, 2020. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/female-genital-mutilation-a-global-concern/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

UNICEF. FGM: State of Evidence. **UNICEF**. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/106831/file/FGM-State-of-Evidence.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2024.

UNICEF. Por ocasião do Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital. **UNICEF**. Disponível em: <https://www.unicef.org/guineabissau/pt/comunicados-de-imprensa/por-ocasi%C3%A3o-do-dia-internacional-da-toler%C3%A2ncia-zero-%C3%A0-mutila%C3%A7%C3%A3o-genital>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNICEF. Relatório Anual de Ação Humanitária de 2008. **UNICEF**. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/humanitarian-action-report-2008>. Acesso em: 22 set.

UNICEF. Relatório Anual do Diretor Executivo de 2008. **UNICEF**. Disponível em: <https://www.unicef.org/executiveboard/annual-session-2008>. Acesso em: 22 set.

UNICEF. Somalia Appeal. **UNICEF**. Disponível em: <https://www.unicef.org/somalia/appeals>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNICEF. Somalia Humanitarian Situation Reports. **UNICEF**. Disponível em: <https://www.unicef.org/somalia/situation-reports>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNICEF. Technical Guidance: A Comprehensive Approach to Accelerating the Elimination of Female Genital Mutilation. **UNICEF**, 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/fgm-technical-guidance>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNICEF. The dynamics of social change towards the abandonment of female genital mutilation/cutting in five african countries. **UNICEF**, 2015. Disponível em: https://data.unicef.org/wp-content/uploads/2015/12/fgm_insight_eng_95.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

UNICEF; UNFPA. UNFPA-UNICEF Joint Programme on the Elimination of Female Genital Mutilation: Accelerating Change. **UNICEF**, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/joint-programme-elimination-fgm>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNICEF; UNFPA. WHO. Report on FGM in Humanitarian Settings. **UNICEF**, 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/humanitarian-fgm-response>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. **Transparency Portal UNFPA Somalia**, 2019. Disponível em: <https://www.unfpa.org/data/transparency-portal/unfpa-somalia>. Acesso em: 18 nov. 2024.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. **UNFPA Annual Report 2015**. Nova Iorque: UNFPA, 2015. Disponível em: <https://www.unfpa.org/annual-report-2015>. Acesso em: 27 nov. 2024.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. **UNFPA Annual Report 2016**. Nova Iorque: UNFPA, 2016. Disponível em: <https://www.unfpa.org/annual-report-2016>. Acesso em: 27 nov. 2024.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. **UNFPA Annual Report 2017**. Nova Iorque: UNFPA, 2017. Disponível em: <https://www.unfpa.org/annual-report-2017>. Acesso em: 27 nov. 2024.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. **UNFPA Annual Report 2018**. Nova Iorque: UNFPA, 2018. Disponível em: <https://www.unfpa.org/annual-report-2018>. Acesso em: 27 nov. 2024.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. **UNFPA Annual Report 2019**. Nova Iorque: UNFPA, 2019. Disponível em: <https://www.unfpa.org/annual-report-2019>. Acesso em: 27 nov. 2024.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. **UNFPA Annual Report 2020**. Nova Iorque: UNFPA, 2020. Disponível em: <https://www.unfpa.org/annual-report-2020>. Acesso em: 27 nov. 2024.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. **UNFPA Annual Report 2021**. Nova Iorque: UNFPA, 2021. Disponível em: <https://www.unfpa.org/annual-report-2021>. Acesso em: 27 nov. 2024.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. **UNFPA Annual Report 2022**. Nova Iorque: UNFPA, 2022. Disponível em: <https://www.unfpa.org/annual-report-2022>. Acesso em: 27 nov. 2024.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. **UNFPA Annual Report 2023**. Nova Iorque: UNFPA, 2023. Disponível em: <https://www.unfpa.org/annual-report-2023>. Acesso em: 27 nov. 2024.

WHO STUDY GROUP ON FEMALE GENITAL MUTILATION AND OBSTETRIC OUTCOME. (2006). Female Genital Mutilation and Obstetric Outcome: WHO Collaborative Prospective Study in Six African Countries. **The Lancet**, v. 367, n. p. 1835-1841, 2006. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16753486/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Female Genital Mutilation**. 5 fev 2004. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/female-genital-mutilation>. Acesso em: 22 set. 2024.